



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CAMPUS III  
CENTRO DE HUMANIDADES  
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

**WALÉRIA KÁSSIA MARTINS DA SILVA**

**A ATUAÇÃO DA IGREJA CATÓLICA APOSTÓLICA ROMANA NA DEFESA  
DE DIREITO HUMANOS E SOCIAIS NO BRASIL: CONSIDERAÇÕES SOBRE  
A AÇÃO DA IGREJA CATÓLICA EM GUARABIRA NO INÍCIO DOS ANOS  
1980**

**GUARABIRA-PB  
2016**

**WALÉRIA KÁSSIA MARTINS DA SILVA**

**A ATUAÇÃO DA IGREJA CATÓLICA APOSTÓLICA ROMANA NA DEFESA  
DE DIREITO HUMANOS E SOCIAIS NO BRASIL: CONSIDERAÇÕES SOBRE  
A AÇÃO DA IGREJA CATÓLICA EM GUARABIRA NO INÍCIO DOS ANOS  
1980**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em História da Universidade Estadual da Paraíba como requisito parcial à obtenção do título de Licenciada em História.

**Área de concentração:** Ciências Humanas.

**Orientador:** Prof. Dr. Tiago Bernardon de Oliveira

**GUARABIRA-PB  
2016**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

S586a Silva, Waléria Kássia Martins da

A atuação da igreja católica apostólica romana na defesa de direito humanos e sociais no Brasil [manuscrito] : considerações sobre a ação da igreja católica em Guarabira no início dos anos de 1980 / Waleria Kássia Martins da Silva. - 2016.

49 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2016.

"Orientação: Tiago Bernardon de Oliveira, Departamento de História".

1. Igreja Católica. 2. Teologia da Libertação. 3. Direitos Humanos. I. Título.

21. ed. CDD 261.8

WALÉRIA KÁSSIA MARTINS DA SILVA

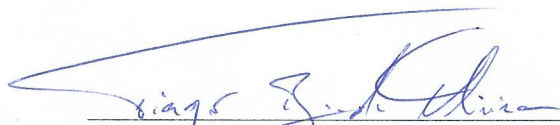
A ATUAÇÃO DA IGREJA CATÓLICA APOSTÓLICA ROMANA NA DEFESA DE  
DIREITO HUMANOS E SOCIAIS NO BRASIL: CONSIDERAÇÕES SOBRE A AÇÃO  
DA IGREJA CATÓLICA EM GUARABIRA NO INÍCIO DOS ANOS 1980

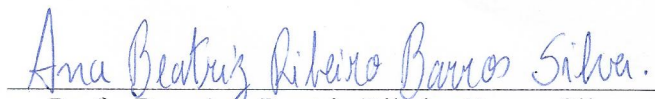
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
ao Curso de Graduação em História da  
Universidade Estadual da Paraíba, como  
requisito parcial à obtenção do título de  
Licenciada em História.

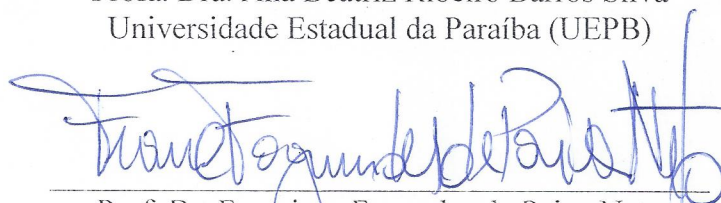
Área de concentração: Ciências Humanas.

Aprovada em: 28/10/2016.

**BANCA EXAMINADORA**

  
Prof. Dr. Tiago Bernardon de Oliveira (Orientador)  
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

  
Profa. Dra. Ana Beatriz Ribeiro Barros Silva  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

  
Prof. Dr. Francisco Fagundes de Paiva Neto  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Às minhas flores, às minhas Marias, que perfumaram  
meu caminho e me deram ânimo para enfrentar as  
batalhas diárias, DEDICO.

## AGRADECIMENTOS

A Tiago Bernardon de Oliveira, ao qual agradeço de forma especial pela paciência, orientação e dedicação para comigo. Levarei para sempre em meu coração a inspiração advinda do seu trabalho.

Aos professores do Curso de História da UEPB, agradeço de forma carinhosa, pois, particularmente todos contribuíram de alguma maneira para minha formação, na academia ou na vida. Levarei comigo saudosas lembranças dos momentos partilhados que despertou em meu coração o amor pela História.

Aos funcionários da UEPB, em especial a Katiane Vieira, que me acompanhou pelos meses que estive junto ao Núcleo de Documentação História do Centro de Humanidades da UEPB (NDH-CH/UEPB), levarei comigo sua amizade, agradeço pela presteza e pelo atendimento sempre que necessário.

A Lúcia Helena Martins da Silva, mãe e mulher, flor mais bela do meu jardim, na qual encontro força, coragem e inspiração diária para prosseguir.

A Luís Marcelo Martins da Silva, pai e homem, que me tornou mais forte e capaz, e que caminha comigo em meu coração.

Aos meus irmãos, Vanessa Carla Martins da Silva e Walter Martins da Silva, que mesmo de longe, me transmitiram força para prosseguir, pelo simples fato de existirem.

Aos meus avós maternos, Maria da Cunha Martins (*in memoriam*) e Luís Jerônimo Martins, que me acolheram em sua casa nos meus primeiros anos de curso, me rodeando de amor e cuidados que jamais serão esquecidos.

Aos meus tios e tias, Maria da Luz, Luís Jerônimo Júnior, Solange Martins e Elaine Martins, aos quais agradeço pela inspiração que a vida de cada um trouxe para minha caminhada e por todos os cuidados recebidos.

Aos meus colegas de classe, em especial, Ivanildo dos Santos Xavier Júnior e Taylla da Silva Contagem, dos quais levarei comigo amizade sincera, agradeço pelos momentos vividos e pelo conhecimento partilhado.

Aos colegas de viagem da UEPB, aqueles que já se foram e aos que permanecem, agradeço por torná-las mais agradáveis e felizes.

A Francisco Germano de Araújo Neto, pelo companheirismo dedicado nesses últimos meses aos quais me dediquei a produção deste trabalho. Agradeço pelas palavras

de coragem que me impulsionaram a superar todas as dificuldades encontradas durante o caminho.

Aos meus amigos e amigas, pelas vibrações positivas, e pelo apoio dado, em especial a Dayse Lyra e Wallace Reis, meus professores, agradeço pela compreensão dada a minha ausência dos treinos para que eu pudesse me dedicar a este trabalho.

A banca examinadora, com enorme carinho agradeço a disposição e sugestões. Evidencio aqui minha profunda admiração por cada um de vocês.

## RESUMO

O presente trabalho pretende discutir a participação da Igreja Católica Apostólica Romana nos movimentos de cunho social na busca pelos direitos humanos e sociais na Paraíba, na cidade de Guarabira, por meio de religiosos da região durante o período da redemocratização do Brasil. Para tanto, este trabalho traz uma reflexão sobre o processo de mudança de posicionamento de alguns membros desta instituição religiosa a partir do Concílio Vaticano II (1962-1965) e das conferências de Medellín (1968) e Puebla (1979), que fizeram emergir uma teologia à luz da realidade Latino-Americana: a Teologia da Libertação. A partir de uma pesquisa bibliográfica desenvolvida com base nas obras de autores relevantes do tema estudado, este trabalho se propõe a desenvolver uma análise sobre as principais formas de inserção da Igreja Católica na luta pelos e com os pobres e perseguidos, tanto pelo regime autoritário da ditadura militar brasileira como pelos grandes latifundiários do Brejo paraibano.

**Palavras-Chave:** Igreja Católica. Teologia da Libertação. Direitos Humanos e sociais.



## **ABSTRACT**

This work discusses the participation of Roman Apostolic Catholic Church in social movements in the seek for social and human rights in Paraíba, at Guarabira city, through religious people of the region during the period of redemocratization of Brazil. Therefore, this work brings a reflection about the process of change of thinking that some members went through after Vatican Council II (1962 - 1965) and the conferences of Medellín (1968) and Puebla (1979), which raised a theology on the light of the Latin American reality: the Liberation Theology. With basis on a bibliographic research that focused the most relevant authors of the subject studied, the goal of this work is to analyze the main forms of fight performed by Catholic Church while defending the poor and persecuted, both by the authoritarian regime of the Brazilian military dictatorship as well as the greatest landowners of Paraíba's marsh.

**Keywords:** Catholic Church. Theology of Liberation. Human and social rights.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AC	Ação Católica
ACR	Animação Cristã no Meio Rural
AP	Ação Popular
APA	Ação Pastoral Arquidiocesana
CDDH	Centro de Defesa dos Direitos Humanos
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
Celam	Conselho Episcopal Latino-Americano
CF	Campanha da Fraternidade
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CPT	Comissão Pastoral da Terra
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social
DSC	Doutrina Social Católica
JAC	Juventude Agrária Católica
JEC	Juventude Estudantil Católica
JOC	Juventude Operária Católica
JUC	Juventude Universitária Católica
LEC	Liga Eleitoral Católica
MEB	Movimento de Educação de Base
MER	Movimento de Evangelização Rural
PR	Pastoral Rural
SEDUP	Serviço de Educação Popular
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

## SUMÁRIO

Introdução .....	8
Capítulo I.....	9
A trajetória da Igreja Católica no Brasil.....	9
Capítulo II.....	22
Teologia da Libertação, ecumenismo e resistência no limiar da redemocratização do Brasil .	22
2.1 Doutrina Social Católica e os novos rumos da Igreja no Brasil e na América Latina....	22
2.2 Teologia da Libertação, CEBs e a CPT. A nova práxis da Igreja Latino Americana ...	26
2.3 Ditadura civil-militar: Cultos ecumênicos e a defesa da democracia.....	29
Capítulo III .....	34
A Igreja Católica na construção e defesa dos direitos humanos e sociais na cidade de Guarabira-PB .....	34
3.1 Dom José Maria Pires: atuação na arquidiocese da Paraíba.....	35
3.2 A Diocese de Guarabira - PB e as atuações de Dom Marcelo Pinto Carvalheira, Padre Luigi Pescarmona e a irmã Maria Valéria Rezende .....	39
Conclusão .....	43
Bibliografia.....	44

## Introdução

O Brasil, no período que se segue à ditadura militar, viveu momentos de repressão e violência – física e psicológica - a todos aqueles que contrariaram o poder vigente, acusados de “subversão” e de apoio ao “mal comunista” contra o Estado. A repressão, portanto, atingiu diversos setores da sociedade, inclusive por meio dos grandes latifundiários que, diante da insurreição de diversas manifestações contestatórias por meio dos camponeses do brejo paraibano, utilizaram da força para silenciar as vozes que clamavam por justiça.

Este trabalho pretende tratar de como a Igreja Católica Apostólica Romana interveio e participou da luta por direitos humanos e sociais no país, utilizando de sua notoriedade como instituição para tornar-se uma das principais opositoras do regime militar, como também, uma das principais vias de defesa dos camponeses em regiões rurais do país.

Desta maneira, no primeiro capítulo, pretendemos abordar a trajetória da Igreja desde a sua chegada ao país no período de colonização, compreendendo suas relações com o Estado e os mecanismos utilizados para permanecer no poder.

O segundo capítulo pretende tratar dos novos posicionamentos de uma parte da Igreja Católica que se identificou com as novas mudanças propostas a partir do Concílio Vaticano II, da II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano na cidade de Medellín em 1968 e da III Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano na cidade de Puebla em 1979, que buscaram trazer para a realidade latino-americana uma nova postura por parte desses religiosos, principalmente a partir da Teologia da Libertação, que surge a partir do desejo de uma Igreja voltada para os pobres. A partir dessa conjuntura, este capítulo irá abordar os movimentos oriundos de parte da Igreja que fizeram oposição ao regime militar até então em vigor, na defesa dos direitos humanos.

O terceiro e último capítulo, ainda dialogando com as propostas do Concílio Vaticano II e com a Teologia da Libertação por meio de parte da Igreja Católica, irá tratar de como esses religiosos agiram no estado da Paraíba e na cidade de Guarabira, na defesa dos camponeses que lutavam pelo direito a terra.

Por fim, objetiva-se neste trabalho a reflexão da importância desses religiosos na conquista de direitos humanos e sociais pelo povo oprimido durante a repressão exercida seja pelo Estado, seja pelos latifundiários.

## Capítulo I

### A trajetória da Igreja Católica no Brasil.

A inserção da Igreja Católica Apostólica Romana no Brasil acontece em parceria com o projeto político de Portugal, e que chega às terras de Pindorama logo após os colonizadores. É necessário levar em consideração a sua formação como Estado<sup>1</sup>, para podermos compreender a atuação da Igreja Católica no Brasil e também o contexto social na qual a mesma se insere antes/durante o “descobrimento” do Novo Mundo.

Considerar a natureza política e religiosa da Igreja Católica é importantíssimo para a compreensão dos seus posicionamentos e ações, pois, seus interesses se misturam nessa composição, como afirma ROSA (2011, p. 15):

A sua natureza política e religiosa é um dos elementos fundamentais para a compreensão da atuação da Igreja Católica no Brasil, pois condiciona duas esferas de atuação que não podem ser entendidas separadamente, uma vez que se inter-relacionam e, por vezes, se misturam.

Desta forma, dando a devida relevância ao caráter político da Igreja, muitas vezes “esquecido”, nota-se que a sua constituição como Estado - a cidade do Vaticano - e a Santa Sé como sua representação jurídica, a Igreja Católica se posiciona com funções específicas, pois:

Na condição de Igreja e de Estado, a instituição mantém funções religiosas, nas quais o seu principal objetivo é a propagação da doutrina católica; e políticas, nas quais a finalidade é garantir a execução de uma política interna e externa, com vistas à manutenção da unidade institucional católica até o fim dos tempos. (ROSA, 2011, p. 12)

Essa dualidade característica da Igreja Católica nos ajudará a compreender seus posicionamentos em defesa de sua instituição, gerando mecanismos durante sua trajetória no Brasil para a permanência e continuação dos seus objetivos políticos e religiosos.

Uma outra característica importante que é anterior e fundamental para a chegada da Igreja Católica no Brasil é sua relação com os reinos de Portugal e Espanha. Por meio do Padroado:

A Igreja delegava aos monarcas dos reinos ibéricos a administração e a organização da Igreja Católica em seus domínios. O rei mandava construir igrejas, nomeava os padres e os bispos, sendo estes depois aprovados pelo Papa. Assim, a estrutura do

---

<sup>1</sup> Cf. ROSA, L. R. de O.. **A Igreja Católica Apostólica Romana e o Estado Brasileiro: estratégias de inserção política da Santa Sé no Brasil entre 1920 e 1937.** 2011. 286 f. Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual Paulista, Franca, 2011. P. 30.

Reino de Portugal e de Espanha tinha não só uma dimensão político-administrativa, mas também religiosa. (OLIVEIRA, 2008, p. 11)

Por meio desta relação simbiótica, a Igreja Católica irá se legitimar em terras brasileiras, porém, não apenas por interesses da Coroa Portuguesa, mas também por objetivos próprios a mesma buscará no Novo Mundo a força que muito perdera, resultado do descrédito advindo da Reforma Protestante<sup>2</sup>.

As mudanças geográficas, políticas, intelectuais e religiosas que permeiam o século XVI, trazem junto à Reforma Protestante um abalo profundo na estrutura da Igreja Católica que, em outrora, era detentora de um poder quase que inabalável, até aquele momento, capaz de conter quaisquer tentativas de cisão ou ameaça à sua estrutura dogmática e de poder, acusando-as de heresia. Frente ao crescimento de adeptos ao Protestantismo, a Igreja Católica buscou forjar sua reação, conhecida como Contra-Reforma, quando o Papa Paulo III, convocou, no ano de 1542, o Concílio de Trento, que irá reafirmar os dogmas da Igreja e também da autoridade e infalibilidade do Papa, fortalecendo a sua autoridade, como também combater as ideias protestantes. Anterior ao Concílio de Trento, mas objetivando o combate às ideias protestantes, é criada por Inácio de Loyola, no ano de 1534, a Companhia de Jesus, que após a Contra-Reforma será com outras novas ordens criadas em apoio ao combate ao Protestantismo, como afirmam Shigunov Neto e Maciel (2008, p. 172):

A Companhia de Jesus foi fundada em pleno desenrolar do movimento de reação da Igreja Católica contra a reforma protestante, podendo ser considerada um dos principais instrumentos da Contra-Reforma nessa luta. Seu objetivo era tentar sustar o grande avanço protestante da época, e para isso utilizou-se de duas estratégias: por meio da educação dos homens e dos índios; e por intermédio da ação missionária, procurando converter à fé católica os povos das regiões que estavam sendo colonizadas.

É, portanto, em meio a essas relações de alianças com Estados em formação e de combate aos reformadores cristãos que a Igreja Católica irá desembarcar no Brasil do século XVI e fincar suas raízes na história do futuro país.

O desembarque da Igreja Católica no Brasil, logo após a chegada dos portugueses, no ano de 1530, período que a Coroa Portuguesa decidiu povoar sua colônia, é, portanto, feito por meio da Companhia de Jesus, e esta relação se caracterizava por interesses mútuos da Igreja e da Coroa:

---

<sup>2</sup> Reforma Protestante é o nome dado ao movimento liderado por Martinho Lutero com o objetivo de renovação da Igreja, tendo ocorrido no século XVI na Alemanha. A partir da reforma luterana, outras cisões ocorreram na Igreja Católica, dando origem a outras confissões religiosas.

A Ordem dos Jesuítas é produto de um interesse mútuo entre a Coroa de Portugal e o Papado. Ela é útil à Igreja e ao Estado emergente. Os dois pretendem expandir o mundo, defender as novas fronteiras, somar forças, integrar interesses leigos e cristãos, organizar o trabalho no Novo Mundo pela força da unidade lei-rei-fé. (RAYMUNDO, 1998, p. 43 apud SHIGUNOV NETO e MACIEL, 2008, p.171)<sup>3</sup>

Desta forma, o uso da religião Católica neste momento caminha ao lado do projeto colonizador e será eficiente arma de convencimento, por meio de ‘elementos de ordem moral (persuasão, emulação, repreensão), mas sobretudo sem excluir os de ordem física’ (LEITE, 1965, p. 54 apud SHIGUNOV NETO e MACIEL, 2008, p. 185)<sup>4</sup>. Este processo de interferência direta na vida dos indígenas levará a uma transformação social de suas vidas, pois, o intuito da Igreja, além da conversão dos gentios, será também o da transformação das suas relações sociais, a começar pelo trabalho, para atender às novas demandas impostas pelos colonizadores e também sua transformação em homem “civilizado”. É notória, então, a fusão de um projeto integrado na construção da Colônia, porém, mesmo essa relação de parceria entre a Igreja Católica e a Coroa Portuguesa, a Igreja não detinha de total autonomia justamente pelo Padroado que os unia.

Mesmo que sem total autonomia, a Igreja Católica era uma instituição com objetivos de reafirmar e expandir a fé católica. E sua atuação na Colônia atingia todos os níveis e ambientes sociais da época, infiltrando-se na vida material e espiritual do povo:

Os jesuítas palmilharam todos os espaços do território colonial: o campo econômico, pacificando e adestrando a mão-de-obra indígena e negra; a seara política, exercendo forte influência junto à Coroa Portuguesa e participando das mais importantes decisões políticas e religiosas da época; as diversas instâncias da vida cultural, veiculando ideologias literárias, imagéticas e religiosas; e, finalmente, o terreno prático, exercendo o apostolado missionário, a educação formal e o sermão religioso, pregado nos púlpitos das igrejas. (CASIMIRO, 2007, p. 89-90)

A chegada dos Jesuítas no Brasil data do ano de 1549 e foi a ordem que mais se destacou. Tinha em sua estrutura alguns princípios básicos que refletem tantos seus objetivos como também os possíveis motivos para seu projeto ter dado certo. Eles acreditavam na busca pela perfeição humana, na obediência irrestrita aos seus superiores e nas aptidões individuais; tinham uma disciplina severa e rígida como também uma hierarquia baseada na estrutura militar. A sua função inicial não era especificamente a educação. Baseava-se anteriormente na confissão, pregação e catequização, porém, pela necessidade de adaptação à realidade

<sup>3</sup> O trecho citado por Shigunov e Maciel refere-se a RAYMUNDO, Gislene Miotto Catolino. **Os princípios da modernidade nas práticas educativas dos jesuítas**. 1998. 143 p. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual de Maringá.

<sup>4</sup> O trecho citado por Shigunov e Maciel refere-se a LEITE, Serafim. **Suma história da Companhia de Jesus no Brasil (assistência de Portugal): 1549-1760**. Lisboa: Junta de Investigação Ultramar, 1965.

brasileira, era indispensável um método de ensino para que pudessem se comunicar com os indígenas.

O processo de educação feito pelos Jesuítas na Colônia dá início à Educação no Brasil e dará bases para a Educação moderna, por seus objetivos e metas que compunham seu projeto educacional.

Na Colônia existia um projeto pedagógico para cada segmento da sociedade. A abrangência e a importância da educação dos Jesuítas passará inicialmente pelos indígenas, depois pelos filhos dos colonos e até mesmo pelos filhos de donos de engenho. Os Jesuítas, desta forma, têm importante participação na formação da sociedade brasileira colonial, tal qual se configurou, seja na “domesticação dos índios”, seja nos princípios morais que ela inculca religiosamente, habitando não só as escolas, como o imaginário religioso, como descreve Casimiro (2007, p. 99):

Era uma pedagogia que impregnava a sociedade colonial em todos os seus espaços, públicos e privados, que doutrinava e que castigava – em nome da fé – indistintamente, vigilante noite e dia, e da qual, todos eram, ao mesmo tempo, mestres e alunos.

A rigidez e obrigatoriedade da educação dos indígenas fizeram com que os Jesuítas elaborassem métodos para esta educação, que aconteciam em colégios, missões, irmandades etc., por meio de cartilhas que se adaptavam à vida colonial e também pelas regras e prescrições da *Ratio Studiorum*<sup>5</sup>. E como afirmam Shigunov Neto e Maciel (2008, p. 173), este projeto educacional contribuiu grandemente para com os objetivos do projeto português. Assim:

Pode-se supor que os jesuítas possuíam um projeto educacional, que, apesar de estar subordinado ao Projeto Português para o Brasil, tinha determinada autonomia, teve papel fundamental e acabou contribuindo para que o Governo português atingisse seus objetivos no processo de colonização e povoamento da colônia brasileira. (SHIGUNOV NETO e MACIEL, 2008, p. 173)

Porém, essa relação de harmonia entre o projeto Português e o da Igreja Católica, por meio da Companhia de Jesus, começará a se distanciar, pois a influência alcançada pelos jesuítas sobre a vida dos indígenas chegou a um determinado patamar que deveria ser combatido para que não interferisse no projeto português. A partir desses conflitos políticos e

---

<sup>5</sup> O *Ratio Atque Institutio Studiorum Societatis Jesus*, denominação integral de *Ratio Studiorum*, foi o método de ensino, que estabelecia o currículo, a orientação e a administração do sistema educacional a ser seguido, instituído por Inácio de Loyola para direcionar todas as ações educacionais dos padres jesuítas em suas atividades educacionais, tanto na colônia quanto na metrópole, ou seja, em qualquer localidade onde os jesuítas desempenhassem suas atividades. (SHIGUNOV NETO e MACIEL, 2008, p. 180)



ideológicos, em 1759 as atividades são suspensas acarretando na expulsão da Companhia de Jesus das terras brasileiras.

A ausência da Companhia de Jesus não significa a ausência de Igreja Católica na Colônia, afinal eram inúmeras as ordens religiosas que também habitavam as terras brasileiras. Porém, com a Reforma Pombalina<sup>6</sup>, a educação fica sob administração do Estado, transformando-a profundamente das diretrizes jesuíticas.

As ambiguidades que são evidenciadas na trajetória da Igreja Católica no Brasil nos alertam para um tratamento heterogêneo de sua instituição, considerando as múltiplas faces com que a mesma se apresenta durante a sua própria história. A presença da escravidão no Brasil no século XVI até a abolição da escravatura no século XIX é uma afirmativa dos seus variados posicionamentos, até mesmo ideológicos, dentro da “unidade” católica. A chegada dos primeiros escravos negros no Brasil se relaciona com a Igreja Católica ainda na presença da Companhia de Jesus, por meio da evangelização onde se utilizava do medo, impondo aos escravos castigos físicos ou psicológicos quando errassem as orações e os ensinamentos passados pelos catequistas.

Fundamental para a paz na Colônia, a evangelização dos escravos negros, servia para acalmar e justificar a posição dos mesmos na escravidão, dando suporte ideológico para a permanência das práticas escravistas e também para que os escravos se conformassem com sua a condição. A evangelização dos escravos em alguns casos servia também para a própria redução de “culpa” dos seus senhores, considerando que os mesmos estavam fazendo um favor ao livrá-los do inferno por meio da sua conversão<sup>7</sup>.

Durante os 300 anos que segue a escravidão no Brasil, a Igreja Católica reconhece a legitimidade da escravidão, aproveitando-se das benesses do sistema escravocrata em suas repartições. Mostrou-se contrária à escravidão em alguns discursos relativos aos indígenas e no caso dos africanos, combatia os excessos da violência. A Igreja no período colonial estava em sintonia com os interesses do Estado. Dessa forma, religiosas ou não, as reações isoladas contra a escravidão foram abafadas, pois, esta era um pilar fundamental da monarquia e do projeto colonial.

---

<sup>6</sup> Durante a segunda metade do século XVIII, a Coroa Portuguesa sofreu a influência dos princípios iluministas com a chegada de Sebastião José de Carvalho aos quadros ministeriais do governo de Dom José I. Mais conhecido como Marquês de Pombal, este “super-ministro” teve como grande preocupação modernizar a administração pública de seu país e ampliar ao máximo os lucros provenientes da exploração colonial, principalmente em relação à colônia brasileira. (SILVEIRA, Cristiane. Reformas Pombalinas. Disponível em: <<https://tsociologica.wordpress.com/?s=Reforma+Pombalina>>. Acesso em: 26 de set. 2016)

<sup>7</sup> Cf. PEREIRA, C. M.. **Abolição e Catolicismo**: a participação da Igreja Católica na extinção da escravidão no Brasil. 2011. 140 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

No ano de 1822, o Brasil conquistou sua independência e as relações com a Igreja Católica não teriam muitas mudanças inicialmente, permanecendo o padroado:

Pela constituição de 1824, o sistema de padroado permaneceu em vigor e a Igreja e Estado continuavam unidos, com a subordinação da Igreja ao Governo Imperial. Em troca, o catolicismo ganhou a posição de religião oficial do Império, mas ficou sem autonomia para gerir os assuntos religiosos e para defender os interesses que lhes eram próprios. (PEREIRA, 2011, p. 25)

Transformada a administração do país - de Colônia para país independente -, mas não alterada a relação da Igreja Católica com o Estado brasileiro, a Igreja permanece sem completa autonomia nas decisões religiosas, e também submissa às decisões do Império, sendo que, toda decisão papal passava antes pela aprovação do Imperador. Desta forma, a Igreja Católica só irá se posicionar efetivamente contrária à escravidão pouco tempo antes da oficialização da abolição.

O desenvolvimento do capitalismo junto de ideias liberais e socialistas, como também do racionalismo, positivismo, cientificismo etc. que permeiam a modernidade, levam a Igreja Católica a uma reação e um posicionamento anti-moderno e antiliberal.

A chamada romanização faz parte dessa reação de resgate dos valores da sociedade, tal como a subordinação do povo ao sobrenatural, já que diariamente tem sido atacada por esses novos ideais modernos. Também, no caso do Brasil, servirá para o sufocamento do catolicismo popular, que é “visto como uma deturpação da verdadeira religião que só poderia ser encontrada no culto oficial que obedece as normas romanas” (SOUZA, 2014, p. 137). Desta forma, as antigas tradições - que surgiram junto a um Brasil miscigenado - perdem validade. A religiosidade importada da Europa será agora o verdadeiro culto a ser seguido, como afirma Pereira (2011, p. 26):

A romanização foi uma tendência eclesiástica que pretendeu uma ampla reforma na vida religiosa católica. Os romanizadores, também chamados de ultramontanos, pregavam uma aproximação do catolicismo brasileiro com as diretrizes provenientes de Roma, ou seja, do Papa. Os Bispos que atuaram nesse sentido passaram a agir em prol de mais autonomia do poder espiritual perante as autoridades imperiais e o poder dos leigos reunidos nas irmandades.

Nesta nova configuração da sociedade brasileira, às vésperas da abolição da escravidão e da proclamação da República, os membros do clero desempenhavam papel de funcionários do governo, pagos por ele e que detinham grande influência política sobre as

comunidades. Essa influência, após a Questão Religiosa<sup>8</sup>, é tratada pelo Império de maneira cautelosa, buscando bispos ultramontanos para ocupação das novas dioceses, pois o governo, que sempre se aliou a uma governança por meio da consciência religiosa, necessitava neste momento afastar os perigos que poderiam surgir com bispos que não pregassem a disciplina e a ordem, uma vez que, como afirma Santirocchi (2014, p. 13), “para os políticos imperiais esta ação ordenadora da Igreja sobre as consciências dos súditos era fundamental para a consolidação e legitimação do Estado em meados do século XIX”. Mais uma vez, a ação legitimadora da Igreja para o poder secular se manifesta, impedindo uma análise da história do país sem compreendê-la como uma instituição que permeia as relações de poder no país.

A Igreja Católica no Brasil, pela influência da Santa Sé, posicionou-se nos últimos momentos contra a escravidão, quando a abolição da escravatura já parecia iminente no país. Nesta relação de reciprocidade entre a Igreja e o Estado, os interesses secular e temporal perpetuaram por séculos a escravidão no Brasil, até o ano de 1888 com a abolição oficial da escravatura no país.

A Questão Religiosa abalou a relação entre a Igreja e o governo, mas, neste momento pós-abolição, a existência de distintas expectativas para o futuro do país, será motivo de novos conflitos ideológicos. A Igreja posicionada contra os ideais modernos reformula-se dentro de si, buscando autonomia de ação e principalmente o resgate do âmbito espiritual para a sociedade. Assim, a solução para este conflito se propaga na condição de que o Estado cuide do corpo e a Igreja da alma, mas:

É interessante frisar que mesmo pregando a independência de ação como sendo fundamental, a igreja continuava a defender a doutrina da colaboração entre os dois poderes. Em outras palavras, pregava a independência no pensar e na ação, mas desejava a continuidade da união entre Trono e Altar, para a manutenção e defesa da ordem social vigente (SOUZA, 2014, p. 13).

A separação entre a Igreja e o Estado determinando suas funções específicas chegará ao Brasil não da maneira que a Igreja Católica propunha, mas junto a perspectivas modernas anticlericais e laicistas. A secularização se alastra até sua chegada em terras brasileiras. Porém, a experiência da secularização como a “separação institucional das instâncias religiosa e político-jurídicas” (RIBEIRO, 2009, p. 23) acontece no Brasil de uma forma diferente em

---

<sup>8</sup> A Questão Religiosa foi um reflexo no Brasil da confrontação que se verificava na Europa entre a Maçonaria e a Igreja Católica Romana. Além disso, envolveu a autonomia da Igreja diante do poder civil, direito que foi tenazmente defendido por D. Romualdo de Seixas, da Bahia, e D. Antônio Viçoso, de Mariana, e, posteriormente, por D. Macedo Costa, do Pará, e outros bispos. (GOÉS E VASCONCELOS, Zacarias; ALMEIDA, Cândido Mendes; VIANA, Antônio Ferreira. A Questão Religiosa. Disponível em: <<http://www.oabsp.org.br/sobre-oabsp/grandes-causas/a-questao-religiosa>>. Acesso em: 26 de set. 2016)

relação aos países da Europa, pois, no Brasil a modernidade não está em oposição à religião e muito menos causará a sua destruição:

Burity<sup>9</sup> desenvolve sua argumentação afirmando que esta oposição entre modernidade e religião é fruto de uma experiência histórica específica de constituição da modernidade na Europa (especialmente pós-revolução francesa), não se tratando de uma oposição intrínseca entre religião e modernidade. (RIBEIRO, 2009, p. 26)

No Brasil, a secularização separa Igreja e Estado, o que não quer dizer oposição entre ambos. Com a proclamação da República no ano de 1889, instaura-se no Brasil uma nova forma de governo. Após a secularização a Igreja Católica irá combater as especificidades próprias das crenças populares, gestadas em união com outras entidades religiosas, que a partir de agora, terão a liberdade de expressão, já que antes eram abafadas no âmbito doméstico pelo Estado imperial. Desta forma, a racionalização da religião será fundamental para a permanência da “supremacia” da Igreja Católica:

E foi, entre estes dois pólos de ação, que encontramos nosso argumento acerca do catolicismo como vetor de desmagificação/racionalização religiosa em um mundo politicamente secularizado: urgia apresentar à recém surgida sociedade civil uma religião mais racional, superando o estigma do catolicismo como religião eivada de superstições, idolatrias e misticismos. (RIBEIRO, 2009, p. 45)

Portanto, a modernidade gestará no seio da sociedade ideologias que comprometem os interesses da Igreja Católica, que se reivindica como a única capaz de trazer o desenvolvimento do país à luz de suas doutrinas. A modernização passa a ser abraçada pela Igreja, numa noção de progresso, com o desenvolvimento tecnológico e científico. Desta maneira,

Podemos perceber que existiam dois vetores distintos na relação com o mundo moderno: um de negação da liberdade desenfreada, e o outro de aceitação, com boa vontade, dos melhoramentos que conduzissem à prosperidade. Eram os dois pólos da atuação da Igreja: ao mesmo tempo em que aceitava os melhoramentos modernos, se apresentava como tutora da sociedade para garantir a ordem social. Assim, em princípio, não havia motivos para opor religião e melhoramentos modernos. (RIBEIRO, 2009, p. 44-45)

E também

Para a população em geral, inclusive para as elites, a modernidade não era um sistema filosófico de compreensão da realidade, era, sim, uma nova forma de viver, sentida através do higienismo, das descobertas da medicina, do desenvolvimento científico, do embelezamento das praças, ruas e igrejas, das fábricas e outras novidades técnicas,

---

<sup>9</sup> BURITY, Joanildo. Trajetórias da religião e da modernidade. Estudos de Sociologia, Recife, v. 13, no 1, 2007. p. 35.

que não ameaçavam o status [da Igreja] na sociedade brasileira e adequavam-se ao novo modus vivendi das elites laicas. (RIBEIRO, 2009, p. 47)

A análise desta relação da Igreja Católica com a modernidade no Brasil e no mundo possibilita a compreensão de suas alianças com o Estado para a manutenção da ordem e a formação de uma identidade nacional.

Logo após a separação da Igreja e do Estado, ao mesmo tempo em que a Igreja se sente aliviada da “subordinação” que o Padroado trazia e livre para poder exercer seus interesses, faltava-lhe o amparo do Estado, o que a levou a uma profunda reorganização para permanecer no poder junto ao Estado Republicano.

Com a Proclamação da República e a laicização do Estado institui-se o casamento civil, deixou-se de pagar os salários ao clero, entregaram-se os cemitérios as prefeituras e findou-se o ensino religioso nas escolas. Essas perdas para a Igreja Católica serão motivos de politização durante a República, levando a uma orientação de caráter religioso para as sucessivas eleições, que dizia que os católicos jamais poderiam votar em um político que não defendesse a fé católica. Assim, a Igreja propõe-se como instituição que teria uma função fundamental ao país, com “o seu papel de tutoria da sociedade brasileira, necessário para indicar os limites da modernidade em sua relação com a ordem social” (RIBEIRO, 2009, p. 48).

A Igreja Católica neste momento busca uma reaproximação com o cotidiano da população brasileira, adaptando-se a cada região com a estadualização do poder eclesiástico, a partir do crescente número de dioceses que estavam se espalhando pelos estados do país e se aliando com as oligarquias locais de cada região. O fortalecimento de seus posicionamentos nas diversas regiões ia ao encontro da ordem vigente, estratégia utilizada pela Igreja para se reaproximar do governo. No Sul, sobretudo nos estados do atual Sudeste, seu crescimento acompanhava o progresso das estradas de ferro, enquanto no atual Nordeste, sufocava os movimentos populares religiosos que estavam em ascensão, legitimando o poder do Estado:

A proliferação de dioceses no norte-nordeste, tinha na realidade uma função bem específica neste contexto que foi a de estancar os movimentos populares e as influências de líderes religiosos como o padre Cícero na região do Juazeiro, ou em Canudos para aniquilar o movimento do Conselheiro. (GOMES, 2008, p. 98)

Desta maneira, sem interferência nos assuntos dos Estados da federação, mas fazendo uma política de manutenção da ordem, durante a Primeira República a Igreja Católica, ao demonstrar sua influência sobre as massas, esteve bastante próxima das oligarquias e do poder

central, como, por exemplo, na orientação política dos fiéis frente às eleições, criando, no ano de 1932, a Liga Eleitoral Católica (LEC).

O objetivo da LEC era de articulação da Igreja com o mundo político. Desta forma, “a LEC era um grupo de pressão junto à opinião pública, cujo objetivo, segundo seus estatutos, era formar a ‘consciência política dos católicos independentemente de filiações partidárias e da sua orientação doutrinária-eleitoral’” (CARNEIRO JÚNIOR, 2012, p. 137). Os candidatos apoiados pela LEC eram aqueles que defendiam os ideais católicos, agindo de forma direta nos resultados de algumas eleições. Porém, foi extinta pelo Estado Novo no ano 1937.

Com o objetivo de implantar uma sociedade cristã, a Igreja Católica encontrará em Getúlio Vargas as bases para uma união fértil. Ao manter sua influência política, mesmo não estando oficialmente ligada ao governo, será seu poder legitimador e de influência, que fará novamente a ponte da união entre Igreja e Estado. Desta forma, a Igreja utilizou-se de suas organizações, demonstrando sua rede de influência sobre a população:

Ou seja, através dos seus recursos organizacionais (congregações, escolas, seminários, missões, associações de leigos, entre outros) a Igreja católica tinha condições de atingir a maioria da população brasileira, tanto através da aproximação política com a elite, como, principalmente através de sua atuação no dia-a-dia da população pobre. (RIBEIRO, 2009, p. 50)

A influência sobre as consciências das massas sempre foi o elo entre a Igreja e o Estado, mas a aproximação com o Estado Novo e a política de Vargas encontrava no comunismo, um inimigo comum:

Qualquer crítica à religião católica, à família, à hierarquia social ou à propriedade privada poderia ser associada ao comunismo subversivo. A imprensa católica era amplamente utilizada para difundir o anticomunismo. (ROSA, 2011, p. 25-26)

Desta maneira, com a chegada de Getúlio Vargas ao poder, a Igreja buscou aproximar-se do governo, chamando a atenção para si com grandes cerimônias religiosas, demonstrando sua influência sobre a população.

O ambiente que se propagava durante o governo de Getúlio Vargas, mesmo com as restrições a Igreja Católica, que agora já não era mais a religião oficial e tinha que concorrer com as diversas religiões que agora podiam se expressar livremente no país, é de uma ajuda mútua, como afirma Wellington Silva (2009, p. 543): “O Estado se beneficiaria do grande poder legitimador do catolicismo, e este, por sua vez, utilizaria recursos e estruturas do Estado para a efetivação de seus projetos eclesiais”. As relações entre Estado e Igreja se fortaleceriam cada vez mais no combate ao comunismo - dito subversivo e desordeiro - onde ambas as forças, lutam por um país cristão e longe das influências socialistas.

A morte de Getúlio Vargas no ano 1954 deixa a Igreja desestabilizada, já que o governo trazia relativa segurança para a atuação dos interesses da Igreja. Neste mesmo ano é reestruturado a LEC, que orienta os eleitores católicos a votar naqueles candidatos comprometidos com os interesses católicos, como afirma Carneiro Júnior (2012, p. 145): “poderia ser qualquer candidato, de qualquer partido, à medida que se comprometesse com os princípios defendidos pela LEC desde 1933”. Esse posicionamento de orientação por parte da Igreja será fundamental nos próximos anos, quando o governo de João Goulart assumir a presidência após a renúncia de Jânio Quadros. A Igreja faz emergir movimentos de âmbito religioso contra o presidente que é considerado uma ameaça comunista ao país. Desta forma, para além do debate político, a Igreja transforma sua campanha anticomunista em uma defesa religiosa contra o anticristo: o comunismo.

O fim do governo de Vargas trouxe instabilidade para Igreja, como também, os sucessivos acontecimentos mundiais já ocorridos, como o fim da Segunda Guerra Mundial e logo após o início da Guerra Fria, que polarizou o mundo e pressionou um posicionamento da Igreja frente aos conflitos ideológicos recorrentes. Neste momento, mais do que nunca, do ponto de vista conservador, o comunismo precisava ser combatido:

O Comando das Forças Armadas, as elites nacionais, parte das camadas médias e os que representavam o capital estrangeiro consideravam tais reivindicações inviáveis. As parcelas opositoras da população ao Governo de Goulart, os partidos de direita (Partido Social Democrata, União Democrática Nacional) e a cúpula da Igreja Católica promoveram uma ampla campanha que acusava o Presidente João Goulart de ter tendências comunistas, estimulava-se o medo ao perigo vermelho que rondava a história brasileira desde meados da década de 1930. (LANZA, 2008, p. 2)

Essa união de esforços e entidades conservadoras se deu porque, para eles,

Era necessário garantir a continuidade do desenvolvimento do modelo econômico e, para tal, foram organizadas várias agências e agentes utilizados pelos interesses multinacionais e associados, assim como a formação de novos sujeitos políticos que garantissem o combate à proliferação de ideias socialistas, consideradas perigosas ao modelo vigente. (GUISOLPHI, 2010, p. 454)

A participação da Igreja Católica na campanha contra Goulart, o comunismo e o populismo, foi de grande importância para a concretização do golpe civil-militar no ano de 1964. Na mesma proporção que as reformas de base propostas por Jango iam ganhando força entre as camadas populares, a constante campanha contra seu governo tomava grandes proporções. Neste momento, a Igreja Católica propunha que a restauração da ordem deveria ser feita conforme os preceitos dos Evangelhos, ou seja, devia ser guiado pelos princípios da Igreja. Por isso formava um corpo disciplinado orientado pela hierarquia. Desta forma, os

verdadeiros católicos iriam à luta pelo reino de Cristo e, assim, vários movimentos leigos foram se formando independentemente, antecipando a Ação Católica que chegará ao Brasil inicialmente sob a tutela da hierarquia católica, gerando maior participação e comprometimento dos leigos nas questões sociais que estavam em pauta no momento, formando uma ponte entre a Igreja e o mundo leigo, na defesa da religião.

O discurso anticomunista da Igreja, junto de toda a elite nacional, era veiculado e amplamente divulgado pela TV, rádio, revistas e jornais. A demonização do comunismo se fez presente insistentemente nas notícias, como afirma Rengel (2006, p. 4): “Em praticamente todas as notícias referentes ao comunismo, há a tentativa de relacioná-lo ao anticristianismo”. Essa discussão religiosa do comunismo foi produzida pela Igreja utilizando o terror como forma de disseminar suas ideias. Desta forma a discussão política não adentrava a cena dos discursos católicos, mas, por meio da fé, e portadora da salvação, a Igreja Católica, incumbiu na sociedade à decisão de servir a Deus ou ao Diabo, a Jesus ou a Marx:

Por esse deslizamento de sentidos, de protagonista político o comunista passa a ser significado como protagonista da batalha apocalíptica entre o bem e o mal, Deus e o Diabo. Ser comunista, por esse efeito metafórico, é estar do lado do Diabo nessa batalha. (SILVA SOBRINHO, p. 150)

Para a Igreja, assim como para os demais agentes conservadores, o comunismo era o inimigo que devia ser combatido. E a figura política de João Goulart era a ameaça central para a ordem social estabelecida. A utilização dos meios de comunicação nessa grande campanha de terror busca ampliar essa perspectiva perigosa do comunismo por todas as camadas da sociedade, pois:

Uma cultura política como o anticomunismo estava presente primeiramente na classe conservadora, aquela que resguarda para si o poder econômico e político de um Estado. Uma cultura política para sobreviver em uma sociedade precisa de força não só na classe social em que se tem hegemonia, ela tem que ser legitimada entre as demais classes no intuito de servir como base para conter movimentos que quebre a hegemonia desse grupo. (SOBREIRA, 2014, p. 44)

Com campanhas de identificação do governo de Goulart com o comunismo, diversas agências e instituições, como a própria Igreja Católica, promoveram a mobilização da população, principalmente ligadas aos valores católicos, que saíram às ruas contra as medidas propostas por Jango, após o comício da Central do Brasil. As Marchas da Família com Deus pela Liberdade tomam grande parte das ruas pelo país:

Precisamente, as Marchas da Família com Deus pela Liberdade foram atos públicos organizados por setores católicos da classe média urbana — e impulsionados por políticos conservadores (a Ação Democrática Parlamentar, em primeiro lugar), pela



elite empresarial (reunida no IPES) e pelos movimentos femininos — que reuniram milhares de pessoas às vésperas do 31 de março nas principais cidades brasileiras. (CODATO, 2004, p. 273)

Essas manifestações tinham caráter burguês e “pretendiam converter a opinião pública, mobilizando a sociedade contra a ameaça que representava o governo de Goulart” (PRADO, 2005, p. 3). O fantasma da ameaça comunista foi criado como discurso legitimador para uma intervenção militar, pela qual o país estaria a salvo do inimigo da religião, da pátria, da ordem e do trabalho. Para a hierarquia católica, “Definitivamente, enquanto a democracia brasileira fosse regida pela demagogia populista, o Estado não seria mais um território seguro para a atuação da Igreja” (AMORIM, 2010, p. 5). Desta forma, as bases para o golpe civil-militar no dia 31 de março de 1964 foram gestados, com participação fundamental da Igreja Católica e grupos ligados a ela, como o grupo Tradição, Família e Propriedade (TFP).

Porém, a participação da Igreja Católica não se esvazia na manutenção do terreno para o golpe, mas, continua exercendo seu papel de influência no combate aos comunistas junto ao novo regime, pois:

O governo militar que se instaurara no Brasil se propunha basicamente a “limpar a área”, afastando o iminente risco de uma revolução comunista no país e, num segundo momento, “recolocar o país nos trilhos”, o que para os militares significaria retomar o crescimento econômico da nação. [...] Em nome da segurança se buscava eliminar todos e qualquer grupo, pessoa ou idéia que pudesse ser identificados com o consumismo ou demonstrassem enfrentamento ou mesmo deslocamento com relação ao governo. E em nome do desenvolvimento se forjará uma espécie de “milagre econômico” que, na prática, seria representado pelo aumento do poder aquisitivo da classe-média em contraposição ao “esmagamento” das classes sociais menos favorecidas. Estes fatores terão uma importância decisiva na mudança de abordagem da Igreja a partir de então. (AMORIM, 2010, p. 19)

A condição plural da Igreja Católica permitirá que durante sua história posicionamentos antagônicos sobrevivam um ao lado do outro dentro da mesma instituição. Desta forma, não podemos ignorar a heterogeneidade da Igreja Católica que permitirá suas ressignificações durante o tempo. Desta maneira, a reorganização da Igreja Católica durante todo o século dará origem à Doutrina Social Católica (DSC), “um conjunto doutrinário que se tornou a matriz do pensamento católico social na primeira metade do século XX” (ROSA, 2011, p. 43).

A Doutrina Social da Igreja inaugura um novo momento para a Igreja Católica no Brasil e na América Latina, os novos posicionamentos trarão uma práxis que servirá para a ressignificação dessa instituição. Esses novos posicionamentos serão assunto do próximo capítulo.

## **Capítulo II**

### **Teologia da Libertação, ecumenismo e resistência no limiar da redemocratização do Brasil**

A participação da Igreja Católica Apostólica Romana em movimentos sociais no Brasil não pode ser compreendida sem atentar-se às suas particularidades enquanto instituição religiosa e política. Como observado no capítulo anterior, é notória a relação de proximidade entre o poder temporal e secular, fundamentado por interesses compartilhados. Objetivando a prevalência de seus interesses, é conveniente à Igreja, durante sua trajetória no Brasil, manter fortalecidas suas alianças com o Estado.

A Igreja Católica, no entanto, como uma instituição de carácter universal, não pode ser compreendida como algo monolítico. Abrangente em seus posicionamentos, mas, sobretudo, fundamentada numa unidade, que se caracteriza no poder papal e na Cúria Romana, a Igreja Católica, durante sua trajetória no Brasil e no mundo, viu gestar diversos movimentos e divergências dentro si. Desta forma, pensar a Igreja Católica como uma instituição homogênea é não alertar-se para suas diversas faces, sobretudo em relação aos distintos segmentos sociais com que ela se relaciona. Afinal,

Cada religião, mesmo a católica (ou melhor, especialmente a católica, primeiramente pelos seus esforços em permanecer unitária “superficialmente” para não se despedaçar em igrejas nacionais e em estratificações sociais) é na realidade uma multiplicidade de religiões distintas e muitas vezes contraditórias: há um catolicismo dos camponeses, um catolicismo dos pequenos burgueses e operários da cidade, um catolicismo de mulheres e um catolicismo de intelectuais, também ele variado e desconexo. (GRAMSCI, 1995, p. 48 apud ROSA, 2014, p. 128)<sup>10</sup>

Partindo desta perspectiva acerca da diversidade política existente em meio à unidade da Igreja e das religiosidades de seus fiéis, este capítulo irá discorrer sobre as preocupações com a chamada “questão social” e os movimentos sociais que tiveram respaldo na Igreja Católica e/ou nasceram por meio dela no Brasil do século XX, em particular no período de ocaso da ditadura militar.

#### **2.1 Doutrina Social Católica e o novos rumos da Igreja no Brasil e na América Latina**

A Doutrina Social da Igreja Católica é o conjunto de encíclicas papais que estão voltadas para a discussão das questões sociais enfrentados pela sociedade.

---

<sup>10</sup> O trecho citado por ROSA refere-se a GRAMSCI, Antonio. **Concepção Dialética da História**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995, p. 48.

A primeira encíclica da Doutrina Social Católica é a *Rerum Novarum*, escrita por Leão XIII, no dia 15 de maio de 1891. Frente a um momento histórico de mudanças nas estruturas de produção e lutas por parte das classes sociais oprimidas, o posicionamento da Igreja se tornou necessário, considerando o avanço das ideias “subversivas” entre seus fieis, que, neste momento, já estavam se engajando na busca por seus direitos, tecendo críticas ao capitalismo.

A encíclica *Rerum Novarum* abriu as portas para as discussões sociais da Igreja, que propôs que a transformação social deve se dar a partir da consciência moral do mundo à luz da Igreja, oferecendo uma terceira via, entre o socialismo e o liberalismo, engajando os seus fieis numa luta que buscava direitos de forma cristã. Nesta perspectiva, busca-se a conciliação de classes e evitar toda sorte de conflitos e exploração. Em continuidade, as próximas encíclicas escritas sobre a “questão social” serão a *Quadragesimo Anno*, escrita pelo Papa Pio XI, no dia 15 de maio de 1931, em comemoração ao 40º aniversário da *Rerum Novarum*, e a *Mater et Magistra*, escrita pelo Papa João XXIII, no dia 15 de maio de 1961, em comemoração ao 70º aniversário da mesma encíclica, demonstrando assim, importante papel da encíclica de Leão XIII nas discussões de âmbito social pela Igreja.

No Brasil da primeira metade do século XX, movimentos de cunho religioso já estavam engajados nas discussões das questões sociais vividas pela sociedade brasileira. Organizações independentes uma das outras antecedem no país o que viria a ser a leiga Ação Católica (AC), que terá um papel importante na aproximação da Igreja junto a setores populares, particularmente, entre as décadas de 1930 e 1960.

A Ação Católica surgiu na Itália, fruto da ideia de dois jovens de “fundar uma organização para a juventude católica baseada nos pilares da oração, ação e sacrifício” (SOUZA, 2006, p. 45) e que posteriormente foi reconhecida pelo Papa Pio XI, que também será conhecido como Papa da Ação Católica. Para Pio XI:

A Humanidade poderá encontrar a verdadeira paz na restauração da Realeza de Cristo Universal, é a isso que se tem que dedicar os militantes da Ação Católica. Por isso urgia que os leigos empreendessem a retomada de contato com o mundo, expusessem e defendessem a fé numa linguagem inteligível por eles e realizassem a regeneração da sociedade no sentido cristão. (SOUZA, ano, p. 42)

Chegando ao Brasil em 1935, a AC faz parte da restauração da Igreja, que busca se adequar ao novo lugar na modernidade, e, para tanto, a tomará como instrumento de organização junto aos setores mais pobres.

A participação do laicato é fundamental, formando a ponte entre a Igreja e o mundo moderno, fundamental para uma igreja que estava perdendo sua hegemonia. Como afirma Souza (2006, p. 49), “A Ação Católica teve o mérito de levar a doutrina social da Igreja às

escolas, às universidades, às fábricas, aos meios de comunicação, aos sindicatos e estimulando a criação de inúmeros outros movimentos sociais de inspiração cristã”. A participação dos leigos nesse momento é incontestável. A defesa da Igreja Católica e da religião se faz presente nos discursos da AC, demonstrando a presença ativa da juventude, que a partir do seu ambiente, participava do mundo apostólico da Igreja:

A Ação Católica no Brasil foi marcada por dois momentos distintos. O primeiro, com a chamada Ação Católica Geral (de 1932 a 1950), e o segundo momento, a Ação Católica Especializada (de 1950 a 1960). A Ação Católica Especializada e os seus grupos JAC (Juventude Agrária Católica), JUC (Juventude Universitária Católica), JEC (Juventude Estudantil Católica) e JOC (Juventude Operária Católica) percebemos o início de um novo modelo de pastoral com os jovens. A Pastoral de Juventude herdou muita coisa deste período, como o método Ver-Julgar-Agir; uma prática transformadora a partir da realidade; a descoberta da dimensão política da fé; o protagonismo dos jovens e a presença do Deus Libertador nas lutas do povo. (SOUZA, 2006, p. 50)

A Juventude Católica terá expressiva participação em diversos movimentos pelo Brasil. Porém, quando alguns jovens da Juventude Universitária Católica (JUC) não encontram na AC e na JUC o ambiente necessário para as suas respectivas lutas, em 1962 abandonam a Ação Católica e fundam a Ação Popular (AP). Neste momento, já é notória a maior participação do episcopado frente às questões sociais que envolviam os grupos subdivididos da AC, aproximando-se cada vez mais da realidade do povo. Contudo, a absorção desse posicionamento a favor das massas não acontece de forma homogênea dentro da Igreja.

A década de 1950 é um período de fortalecimento do pensamento social da Igreja, que foi capaz de gerar várias mudanças. A Ação Católica ampara e influencia a criação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em 1952, por meio do insistente trabalho de Dom Hélder Câmara<sup>11</sup>, como também, ajudará na criação das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), na década de 1960. A CNBB faz parte do processo de reorganização da Igreja Católica, tendo como intuito centralizar os poderes eclesiásticos: “Esse organismo oficial entra em cena, facilitando a comunicação do episcopado, coordenando as diversas atividades e tornando-se um canal de mediação entre as dioceses” (PASSOS; DELGADO, 2003, p. 107). A CNBB, destacando a pessoa de Dom Helder Câmara, que foi nomeado secretário-geral da

---

<sup>11</sup> Décimo-primeiro filho de uma família de treze irmãos, Hélder Pessoa Câmara era filho de um jornalista e de uma professora. Aos quatorze anos entrou no Seminário da Prainha de São José, em Fortaleza, onde cursou filosofia e teologia. Em 1931 ordenou-se sacerdote. Foi nomeado logo depois diretor do Departamento de Educação do Estado do Ceará, exercendo este cargo por cinco anos. Mudou-se então para o Rio de Janeiro, onde se destacou no desempenho de atividades sociais. Fundou a Cruzada São Sebastião e o Banco da Providência, entidades destinadas ao amparo dos mais pobres. (3 PEDAGOGIA & COMUNICAÇÃO. Dom Hélder Câmara. Disponível em <<http://educacao.uol.com.br/biografias/dom-helder-camara.htm>>. Acesso em 27 de set. 2016)

entidade nos seus anos iniciais, buscará uma aproximação com a população em geral e irá dar grandes passos na luta por direitos sociais e humanos, conquistando, no ano de 1959, a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) junto ao II Encontro dos Bispos do Nordeste, como também, no ano de 1961, a criação do Movimento de Educação de Base (MEB), financiado pelo Estado e com execução da Igreja nas regiões menos favorecidas, por meio das escolas radiofônicas<sup>12</sup>. As escolas radiofônicas obtiveram grande alcance e influência, como afirma Vasconcelos (2015, p. 5):

A rádio assim passou a exercer gradativamente influência sobre a nova era da Educação de massa que por meio da voz passou a desenvolver a cultura da educação democrática em vista da transformação político-social, já que o mundo rural não participava da grande comunidade brasileira.

Aos poucos uma parcela da Igreja Católica ia assumindo a questão social como parte de sua práxis.

No ano de 1962, o papa João XXIII, convocou o Concílio Vaticano II, que se inicia neste mesmo ano e terminaria em 1965. Com diversos temas em pauta, a busca pela renovação da Igreja estava centrada nessas discussões. As mudanças advindas desse Concílio o tornaram uma das maiores reformas da Igreja nos seus dois mil anos de existência.

O Concílio Vaticano II inaugurou um novo momento da Igreja de forma geral, abrindo diálogo com o mundo e recepcionando a unidade ecumênica, pois, mesmo que as discussões acerca das questões sociais já estivessem em pauta em alguns países e/ou movimentos da Igreja, como no Brasil por meio da CNBB, a urgência de uma transformação por parte do clero para com a realidade da população mais pobre se fazia profundamente necessária, buscando rever os padrões de autoridade, reconfigurando o posicionamento da Igreja Católica no mundo. Porém, é necessário lembrar que nem todos os bispos, padres e religiosos foram de acordo e/ou desenvolveram as práticas apoiadas pelo Concílio.

Sob o papado de João XXIII, avaliava-se ser necessária uma reforma da Igreja:

O Concílio Vaticano II significou para a Igreja Universal uma mudança na forma de pensar e viver a Igreja, e foi ele que deu o pano de fundo para a Conferência de Medellín, bem como para as demais. O Concílio provocou tanto um movimento da Igreja para o mundo, como um movimento da Igreja para si mesma. Duas atitudes novas, propostas pelo Concílio contribuíram para que esses movimentos se tornassem efetivos na Igreja, a atitude de diálogo e de serviço. (FONSECA, 2009, p. 10)

---

<sup>12</sup> Cf. DELGADO, L. A. N.; PASSOS, M.. Catolicismo: direitos sociais e direitos humanos (1960-1970). In: FERREIRA, J. ; DELGADO, L. A. N. (Org.). **O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 93-131.

Sob os auspícios do Concílio Vaticano II, portanto, a II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, em 1968, ocorreu em Medellín, na Colômbia, sendo conhecida posteriormente como Conferência de Medellín, realizada pelo Conselho Episcopal Latino-Americano (Celam):

Medellín foi uma Conferência que marcou profundamente a Igreja da América Latina, porque buscou cumprir o seu objetivo e aplicar o Concílio Vaticano II na realidade latino-americana. Nesse trabalho a Conferência acabou por apontar a imagem de uma Igreja latino-americana, não em sentido negativo ou de oposição a nenhuma outra realidade. Mas como forma de ser Igreja na realidade própria da América Latina. (FONSECA, 2009, p. 13)

Com um diálogo transformador da realidade, a Conferência de Medellín utilizou do método da Ação Católica, ver-julgar-agir, para que, a partir da análise da sua própria realidade, pudessem refletir e encontrar métodos de agir nesse meio. Em Medellín foram gestadas de forma mais sistematizada as Comunidades Eclesiais de Base (CEB's), como via de aproximação da Igreja com o povo, levando-a a viver em comunidades menores, com participação expressiva dos leigos nas configurações gerais das ações formuladas. A III Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, que ocorreu em Puebla de Los Angeles, conhecida como Conferência de Puebla, ocorreu entre os meses de janeiro e fevereiro de 1979 e também contribuiu para a reflexão da realidade latino-americana a luz do Concílio Vaticano II.

A busca por uma adaptação dos documentos do Concílio Vaticano II na América Latina se deu pela reflexão entre as diferentes realidades vividas entre a teologia europeia e a vivida na América Latina. Desta forma, à luz de uma realidade própria, de questões sociais agravadas, surge uma Teologia Católica Latino-americana: a Teologia da Libertação<sup>13</sup>.

## **2.2 Teologia da Libertação, CEBs e a CPT: a nova práxis da Igreja Latino Americana**

A Teologia da Libertação é fruto da reflexão sobre a realidade da América Latina no final dos anos 1960. O contexto histórico-social vivido na América Latina desde o final da década de 1950 até a década de 1990 foi marcado por regimes militares ditatoriais e também pela dependência e subordinação econômica aos países de capitalismo avançado que relega à América Latina sua condição periférica no capitalismo global. Segundo os teólogos da libertação, as camadas pobres e oprimidas da população da América Latina clamavam por

---

<sup>13</sup> A Teologia da Libertação é uma corrente teológica que engloba diversas teologias cristãs desenvolvidas no terceiro mundo que, a partir dos anos 1970, baseadas na opção preferencial pelos pobres, contra a pobreza e pela sua libertação. Desenvolveu-se inicialmente na América Latina. (PRADO, 2012, p. 8)

libertação, e a Igreja, como instituição cristã que deveria dar prioridade aos pobres e oprimidos, deveria pensar em novas formas de colocar em prática os ensinamentos do Evangelho de Cristo. Para eles, a Teologia da Libertação se impunha como uma urgente necessidade para enfrentamento concreto das injustiças existentes na realidade. Desta forma, como afirma o teólogo Leonardo Boff (2014, p. 11), “Sem o pobre e o oprimido não há Teologia da Libertação. Toda opressão clama por uma libertação. Por isso, onde há opressão concreta e real que toca a pele e faz sofrer o corpo e o espírito aí tem sentido lutar pela libertação”. E, nesta perspectiva de luta, o dominicano peruano Gustavo Gutiérrez Merino (1996, p. 73), considerado o fundador da Teologia da Libertação, afirmava:

Por tudo isso a Teologia da Libertação nos propõe, talvez, não tanto um novo tema para reflexão quanto uma *nova maneira* de fazer teologia. A teologia como reflexão crítica da práxis histórica é assim uma teologia libertadora, uma teologia da transformação libertadora da história da humanidade, portanto, também da porção dela - reunida em *ecclesia* - confessa abertamente Cristo. Uma teologia que não se limita a pensar o mundo, mas procura situar-se como um momento do processo por meio do qual o mundo é transformado: abrindo-se - no protesto diante da dignidade humana pisoteada, na luta contra a espoliação da imensa maioria da humanidade, no amor que liberta, na construção de uma nova sociedade, justa e fraterna - ao dom do Reino de Deus.

Desta maneira:

A Teologia da Libertação é um caminho para a paz entre os conflitos gerados pelo preconceito e o egoísmo humanos, podendo ser um fator orientador de novo começo para uma sociedade igualitária onde a desigualdade e a pobreza possam fazer parte apenas de um passado esquecido. (PRADO, 2012, p. 8)

A Teologia da Libertação espalhou-se pelo continente e foi se configurando a realidade de cada país da América Latina, onde parte da Igreja se aproximou das lutas por libertação de diversos segmentos sociais tradicionalmente explorados e oprimidos, abraçando causas como as dos negros, das mulheres, dos indígenas, dos camponeses sem-terra etc., formando-se como pilar para o surgimento de diversos movimentos sociais e pastorais. “Outro elemento importante da Teologia da Libertação é o método de análise marxista” (PAIVA NETO, 2011, p. 154). Segundo Frei Betto (1986, p. 35-36):

O Marxismo é, sobretudo, uma teoria da práxis revolucionária. Isso não impede que certos marxistas queiram transformá-lo num espécie de religião com seus dogmas, fundada na leitura fundamentalista que fez das obras de Marx, Engels e Lênin uma nova bíblia. Afinal, o marxismo, como qualquer outra obra teórica, jamais poderá ter uma única leitura. [...] O que importa é utilizar a teoria marxista como ferramenta de libertação dos povos oprimidos e não como uma árvore totêmica ou um talismã. Fruto da luta do proletariado, o marxismo deverá ser sempre aferido por essa mesma luta, pois só assim não perderá seu vigor revolucionário para transformar-se numa abstração acadêmica.

No Brasil, a Teologia da Libertação está intimamente atrelada às Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e Comissão Pastoral da Terra (CPT).

No Caso das CEBs:

Surgiram um pouco antes de 1964. De 1964 a 1968 começam a se desenvolver. A motivação imediata da proposição das comunidades de base no início da década de 1960 era a insatisfação de um setor importante da Igreja Católica em relação ao tipo de evangelização feito até então. Este era centrado na paróquia, fundamentalmente voltada à distribuição dos Sacramentos. Outra motivação era a falta de ação pastoral no seio das classes populares. Entre aqueles que queriam transformar a Igreja, o grupo mais importante era constituído de cristãos - leigos, padres, religiosas e bispos - sensíveis à situação dos trabalhadores, à questão social da pobreza. Eles não eram numerosos, mas bastantes ativos e influentes. (BOFF, 1997, p. 48 apud SOUZA, 2006, p. 54)<sup>14</sup>

Mesmo depois de muito tempo de pesquisa, definir as CEBs é um trabalho bastante complexo na historiografia, dando abertura para uma gama de caracterizações. Porém, de maneira geral, as CEBs atuam em grupos pequenos de leigos com a participação de religiosos também, que se organizam em paróquias, vilas, favelas ou comunidades rurais, para que à luz do evangelho e de sua fé cristã, reflitam acerca dos problemas sociais enfrentado pelo povo pobre e oprimido, seguindo o método ver-julgar-agir.

As Comunidades Eclesiais de Base ganharam predominância no âmbito rural, e a isso se deve a íntima relação historicamente construída entre o homem do campo com a Igreja no Brasil, mas, independente do ambiente, as CEBs foram fundamentais para o engajamento político dos cristãos católicos, como afirma Schiavo (2009, p. 8): “Elas foram influentes na motivação dos fiéis católicos para a luta política, muitos deles se envolveram em organizações comunitárias, movimentos sociais pela reforma agrária, sindicatos e partidos políticos”. Nos anos 70, as CEBs se proliferam pelo país, ganhando cada vez mais uma militância entre os católicos acerca das questões sócio-políticas, num profundo embate com a conjuntura política deste período, que será discutida mais à frente.

Assim como as CEBs, a Comissão Pastoral da Terra exerceu também grande influência para a participação dos fiéis na luta, principalmente pela reforma agrária, já que a Igreja vinculada à Teologia da Libertação não só apoiava, como também participava diretamente dessa luta. No de 1975, a partir do Encontro de Bispos e Prelados na Amazônia, realizado na cidade de Goiânia (GO), convocada pela CNBB, criou-se a Comissão Pastoral da Terra:

---

<sup>14</sup> O trecho citado por SOUZA refere-se a BOFF, Clodovis et al. **As comunidades de base em questão**. São Paulo: Paulinas, 1997.p. 48.



A CPT nasceu da prática das Igrejas envolvidas pela violência, que atingia as comunidades de índios e dos posseiros da Amazônia. Em termos eclesiais, isso significava o compromisso de uma Igreja local com um grupo social vítima de violências. (GONÇALVES, 2012, p. 37)

A criação da CPT impulsionou de maneira importante as ações da Igreja Católica no âmbito rural. Inicialmente,

O trabalho da CPT tinha um caráter majoritariamente voluntário, missionário, itinerante, pouco institucional e sem grandes estruturas nacionais ou regionais. A partir da década de 1980, a presença das equipes regionais em quase todos os estados e a composição de um Secretariado Nacional, passou a constituir a principal estrutura organizativa da CPT, garantindo-lhe uma atuação articulada em todo o território nacional (POLETTTO, 1997 apud GONÇALVES, 2012, p. 44)<sup>15</sup>

Nos anos 1980, a CNBB tentou limitar a autonomia da CPT, exigindo a participação de uma liderança/bispo católica na presidência e vice-presidência da CPT (que até então, a vice-presidência, estava nas mãos de uma liderança de outra instituição religiosa). Porém, essa ação da CNBB, não alterou a atuação da CPT, que esteve presente nos debates e denúncias a violência do campo e defendendo a reforma agrária.

Outra ação importante junto à CNBB foi a Campanha da Fraternidade (CF) que tem o objetivo de despertar a solidariedade da população frente a questões concretas sofridas pela população, escolhendo anualmente um tema para ser refletido. E com o intuito de aprofundar a Campanha da Fraternidade surge o Grito dos(as) Excluídos(as), manifestação popular aberta para todos aqueles que de alguma forma se comprometem com as causas dos(as) excluídos(as). Conforme Gonçalves (2012, p. 1):

O catolicismo fomentou a organização de vários movimentos sociais, dentre eles o Movimento Sindical que deu origem aos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, bem como a fundação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que se apresenta, atualmente, como o movimento de maior projeção na mídia no que se refere à luta pela terra no país.

É a partir dos novos posicionamentos, a luz da Conferência de Medellín e Puebla, sobre a realidade latino-americana, que parte do clero brasileiro terá posturas decisivas no combate ao regime autoritário estabelecido, e que será discutido a seguir.

### **2.3 Ditadura civil-militar: Cultos ecumênicos e a defesa da democracia**

---

<sup>15</sup> O trecho citado por GONÇALVES refere-se à POLETTTO, Ivo. A terra e a vida em tempos neoliberais. Uma releitura da história da CPT. In: COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **A luta pela terra: a CPT 20 anos depois**. São Paulo: Paulus, 1997.

O ano de 1964 no Brasil foi marcado pelo golpe civil-militar e, como citado anteriormente, diversos países da América Latina passariam a sofrer golpes de Estado que instaurariam regimes ditatoriais sob comando direto dos militares, em conluio com setores conservadores da sociedade civil. Neste período o mundo estava vivendo o medo instaurado pela Guerra Fria, que além de polarizar o mundo em duas potências ideologicamente antagônicas (URSS X EUA), desenvolve na mentalidade coletiva o assombroso medo de uma guerra nuclear. Conforme o avanço do capitalismo e as mudanças na relação de trabalho foram atingindo a América-Latina no século XX, junto à eclosão dos regimes autoritários, a população latino-americana via emergir inúmeros grupos e movimentos que reivindicavam direitos e melhores condições de trabalho e de vida, que foram considerados “subversivos” e de caráter “comunista”, devendo assim, ser combatidos.

Durante a ditadura no Brasil, 17 atos institucionais foram promulgados, e o mais conhecido deles, o AI-5:

Foi um instrumento poderosíssimo usado pelos militares que entre outras coisas, conferia ao governo o poder de decretar o recesso parlamentar; legislar durante esse recesso; restringia o direito de habeas corpus, nos casos de delitos considerados atentatórios à segurança nacional e impedia ao judiciário brasileiro de apreciar as punições decorrentes da aplicação do Ato Institucional número 5. (MORAES, 2012, p. 1)

O Ato Institucional N° 5 deu poderes quase que absolutos ao governo, inclusive, dando liberdade para a repressão de todo aquele que contrariasse o regime. Neste caso, o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS)<sup>16</sup>, criando antes do regime militar, mas usado intensamente neste período, repreendeu e censurou todos aqueles que se opuseram ao governo, considerando-os subversivos para legitimar as prisões, torturas e até mortes. Frente a isso:

Fatores como o aumento da exploração dos trabalhadores, a ausência de liberdade e a intensificação da violência, inclusive contra membros da Igreja, teriam proporcionado a união do episcopado e a transformação da CNBB na principal instituição opositora do Estado autoritário. (GOMES, 2014, Pág. 19)

É a partir desse obscuro momento de torturas e mortes que parte da Igreja Católica irá mudar seus posicionamentos acerca do regime instaurado, lembrando que nem todo o clero se posicionou nesta situação, continuando a dar apoio ao regime instalado. Mas não somente a

---

<sup>16</sup> O Dops foi um braço da ditadura militar, compondo uma rede integrada de repressão contra os chamados "inimigos do regime". Além de agir como um órgão punitivo, também fichava as pessoas com a missão de identificar suspeitos de conspirarem contra a ditadura. (NOSSA HISTÓRIA. A ditadura militar no Brasil. Disponível em: <<http://historiaversatil.blogspot.com.br/2008/11/ditadura-militar-no-brasil.html>>. Acesso em 27 de set. 2016)

Igreja, os estudantes, líderes da esquerda, agricultores e operários irão se unir na luta por direitos humanos que estavam sendo massacrados pelo governo, junto à impossibilidade de manifestar as suas insatisfações.

As lutas de todos esses setores da sociedade foram imprescindíveis para a abertura política e para o final da ditadura, que só ocorreu por meio dessa forte resistência e pressão sobre o autoritarismo. E para tanto a Igreja, como instituição fortemente enraizada na sociedade brasileira, foi decisiva, especialmente na segunda metade da década de 1970 quando a ditadura encontrava-se em seu processo de distensão do regime, na autodeclarada transição “lenta, gradual e segura”, ou seja, tutelada pelos próprios militares.

Assim, no dia 31 de outubro de 1975, após sete dias da morte do jornalista Vladimir Herzog<sup>17</sup>, morto pelos aparelhos repressivos do estado, ocorreu um culto ecumênico em frente à Catedral da Sé, em São Paulo, com participação de setores da Igreja Católica, da Igreja Protestante e do Judaísmo, religião do jornalista. Esse culto, que, sob a forma religiosa, era, antes de tudo, um ato político, deu abertura para o ecumenismo no contexto ditatorial do Brasil. Segundo Brito (2013, p. 27):

Quando nos prendemos aos detalhes dos gestos e palavras, e ao situarmos o evento à luz de um contexto mais amplo, da chamada "distensão política", chegaremos à conclusão de que ele, juntamente com outros cultos análogos à época, foi portador de simbolismos e significados para além da dimensão estritamente religiosa, gerando consequências para o processo de fortalecimento da oposição de setores da sociedade em face do regime militar.

O espaço dos cultos ecumênicos, fossem em homenagem a Vladimir Herzog ou pelos mortos na Guerrilha do Araguaia, desenvolveram um papel fundamental na construção da abertura política - lenta, gradual e segura - pelos governos do general Ernesto Geisel (1974-1979) e do general João Figueiredo (1979-1985), que já experimentavam a antipatia popular.

Esses cultos passaram a se configurar, neste momento, como uma batalha simbólica, de caráter pacífico, mas que assumiam uma dimensão política, como afirma Brito (2013, p. 28):

Algumas palavras do discurso evidenciam que, mesmo do ponto de vista dos religiosos, para além dos objetivos espirituais e religiosos, a cerimônia visava

---

<sup>17</sup> Vladimir Herzog foi um jornalista, desejava ser um cineasta, mas, vitimado pela ditadura, tornou-se uma personagem icônica da História do Brasil e da construção da nossa democracia. Sua vida e sua trajetória profissional, fundamentos da existência e da ação do Instituto Vladimir Herzog, foram marcadas por permanente preocupação humanística, que se refletiu em suas realizações jornalísticas e cinematográficas e está para sempre simbolizada em sua frase: “Quando perdemos a capacidade de nos indignar com as atrocidades praticadas contra outros, perdemos também o direito de nos considerar seres humanos civilizados”. (INSTITUTO VLADIMIR HERZOG. Biografia de um jornalista. Disponível em: < <http://vladimirherzog.org/biografia/>>. Acesso em 27 de set. 2016)

também se constituir em espaço de oposição ao governo, com vistas a expressar e fortalecer uma “luta”, “persistente” e “crescente”, ainda que “pacífica”.

As condições “privilegiadas” da Igreja Católica, em comparação à população, possibilitava a estruturação desses cultos, que manifestavam e exteriorizavam a indignação coletiva sentida pela população, que, impedida de se contrapor ao governo, sofrendo todo tipo de agressão, física e psicológica, encontrava nos cultos ecumênicos uma forma de resistência.

Os cultos ecumênicos deste período se fundamentavam na defesa dos direitos humanos, unindo diversos segmentos cristãos, com exemplo do católico Dom Paulo Evaristo Arns<sup>18</sup> e do presbiteriano Pastor Wright<sup>19</sup>, fundamentais neste projeto de luta via ecumenismo, que mesmo partindo de Igrejas, cultos, crenças religiosas diferentes, tinham em comuns atitudes políticas em defesa dos direitos humanos. Este foi o caso de Dom Hélder Câmara, figura importantíssima na defesa dos direitos humanos, que quando silenciado no Brasil, utilizou de seu prestígio internacional para denunciar no exterior os casos de tortura que ocorriam no Brasil.

A preocupação da(s) Igreja(s) não estava contida apenas na alma dos mortos, mas, principalmente, na conscientização dos vivos, para que os mesmos possam lutar por um mundo melhor:

Logo, a retórica combativa dos religiosos evidenciava algo para além da preocupação com o destino das almas dos falecidos e com o conforto dos entes dos falecidos, explicitando o comprometimento com a preservação dos corpos e almas dos vivos expostos, sobretudo, à violência da tortura física e psicológica, ao assassinato e ao desaparecimento forçado. Tais cultos ecumênicos fúnebres enfatizavam, então, a intercessão tanto pelos vivos quanto pelos falecidos. Podem ser considerados como mais uma faceta da transformação pela qual passou a Igreja Católica e segmentos do protestantismo no contexto das ditaduras latino-americanas nos anos 1970 e 1980. Época em que dois conceitos ou cosmologias, Teologia da Libertação e ecumenismo, influenciaram de forma decisiva essa guinada na trajetória de vida de muitos líderes religiosos e de leigos, especialmente dos que foram citados. (BRITO, 2013, p. 40-41)

---

<sup>18</sup> No Brasil, sua atuação pastoral foi voltada aos habitantes da periferia, aos trabalhadores, à formação de comunidades eclesiais de base (CEB) nos bairros, principalmente os mais pobres, e à defesa e promoção dos direitos da pessoa humana. Ordenado sacerdote em 1945, foi estudar na Sorbonne, em Paris. Formou-se em estudos brasileiros, latinos, gregos e literatura antiga. Foi bispo e arcebispo de São Paulo entre os anos 1960 e 1970. Destacou-se por sua luta política contra as torturas praticadas pela ditadura, para que documentos não fossem eliminados, e também a favor do voto, no movimento Diretas Já. (MEMÓRIAS DA DITADURA. Dom Paulo Evaristo Arns. Disponível em: <<http://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-resistencia/dom-paulo-evaristo-arns/>>. Acesso em 28 de set. 2016)

<sup>19</sup> Pastor presbiteriano brasileiro, militante de direitos humanos, foi um grande combatente contra a ditadura militar. Filho de missionários norte-americanos, estudou Teologia e fez pós-graduação na Universidade de Princeton, nos Estados Unidos (EUA), em 1950. Voltou ao Brasil e se mudou para Ponte Nova, na Bahia, para dirigir o Instituto de Educação Presbiteriano Ponte Nova. Em 1968, assumiu a direção da Missão Presbiteriana do Brasil Central, em São Paulo. (MEMÓRIAS DA DITADURA. Jaime Wright. Disponível em: <<http://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-resistencia/jaime-wright/>>. Acesso em: 28 de set. 2016)

Outra característica que não pode ser esquecida sobre os cultos ecumênicos é seu caráter de preservação da memória, quando em socorro das milhares de vítimas torturadas, mortas e desaparecidas. Assim, cultivava nas mentalidades coletivas a busca por um mundo mais justo e igualitário, não permitindo o esquecimento dos difíceis “anos de chumbo” vividos pelos mesmos.

Dada seu impacto junto à população, os cultos ecumênicos chegaram ao conhecimento do governo e também estiveram sob vigilância. Não tão somente os cultos, mas todos os movimentos da Igreja Católica que, de alguma maneira, poderiam insurgir algum movimento contestatório - como foi o caso das Comunidades Eclesiais de Base e a Comissão Pastoral da Terra -, mas também aqueles que, mesmo não tendo em suas bases uma crítica ao governo, mas, por seu teor de conscientização, era visto como uma ameaça ao poder vigente:

Os setores sociais que, de alguma maneira, trabalhavam assuntos referentes ao Estado, como educação, reforma agrária, direitos humanos dentre outros passavam a ser vistos com maus olhos pelos militares. Estes últimos caracterizavam como subversivas todas essas ações que criticassem, ou tentassem remodelar o cenário sócio-econômico, pois sentiam aí uma contestação do regime, e que ao estarem mostrando conhecimento de causa dessas, ações podiam ameaçar o poder estabelecido. (PORTELA, 2009, p. 3)

Desta forma

Podemos concluir que, subversivas ou resistentes, as atividades perseguidas pelos militares, não estavam sendo postas em prática com a intenção de contestar o regime, que pretendia manter sob controle toda a sociedade. Ao procurar modificar a realidade diária, buscando melhores condições de vida e requisitando direitos, os indivíduos entraram naquilo que pode ser chamado de domínio da política, e, portanto passíveis de sanções por parte do militares, que viam ali uma tentativa de contestar ou modificar o próprio modelo político. (PORTELA, 2009, p. 4)

A resistência foi capaz de ultrapassar os limites religiosos, ideológicos e geográficos, a luta por direitos humanos se estendeu pelos estados brasileiros e chegaria também à Paraíba. As condições de luta e resistência no estado da Paraíba serão discutidas no próximo capítulo.

### Capítulo III

## A Igreja Católica na construção e defesa dos direitos humanos e sociais na cidade de Guarabira-PB

A ditadura militar e seus atos de repressão e violência percorreram todo o território brasileiro. No Nordeste o clima de tensão já se iniciara antes do golpe civil-militar de 1964. As lutas pela reforma agrária e pelos direitos dos camponeses iniciaram junto às Ligas Camponesas. Na Paraíba, as Ligas Camponesas tiveram grande expressividade, principalmente na cidade de Sapé. Os conflitos pela terra surgiram mediante a exploração do trabalho rural, frente à nova lógica do capital e também pelos grandes latifundiários, que de forma violenta, oprimiram aqueles que dependiam unicamente da terra para sobreviver, expulsando-os e marginalizando-os. Após o golpe, as Ligas Camponesas foram fortemente reprimidas pelo Estado e pelos latifundiários que consideravam a luta dos camponeses uma afronta. A repressão estendeu-se para além das Ligas Camponesas, como em todo o território brasileiro, aqueles que contestaram e se manifestaram contra o regime foram de alguma forma - física ou psicologicamente – reprimidos:

Na Paraíba, a exemplo do que aconteceu em todo Brasil, várias pessoas também foram denunciadas nos inquéritos policiais militares (IPMs), instaurados em meados de abril de 1964, sob o comando do Major Ney de Oliveira Aquino: políticos, lideranças sindicais urbanas e rurais, funcionários públicos etc., acusados de subversão e de ligações com o Partido Comunista Brasileiro. (NUNES, 2014, p. 81)

A presença da repressão sobre diversos setores da sociedade civil levou a parte da Igreja Católica a tomar um novo posicionamento, influenciados pelo Concílio Vaticano II e as Conferências de Medellín (1968) e Puebla (1979), gestando na América Latina uma nova práxis e o um novo jeito de ser Igreja junto à Teologia da Libertação.

Na Paraíba a participação da Igreja na luta por direitos humanos e sociais foi importantíssima para a construção de uma oposição ao governo ditatorial, como também na participação da luta pela terra junto aos camponeses, tornando-se um grande veículo de mobilizações no âmbito rural:

A Igreja, a partir da posse do Arcebispo Dom José Maria Pires, em 1975, passa a ser a grande incentivadora para o ressurgimento dos movimentos sociais, principalmente, o movimento sindical e camponês, que irão se fortalecer, relativamente ao período anterior, a partir da década de 1980. Também voltou à cena, nesta conjuntura de “abertura” o movimento estudantil e surgiu um incipiente movimento feminista de classe média. Além de que, a Ordem dos Advogados do Brasil, seção da Paraíba (OAB-PB), que historicamente sempre teve uma atuação imobilista, e a Associação Paraibana de Imprensa, que anteriormente a 1964, já se destacara por uma postura

combativa, procuraram imprimir uma atuação mais progressista, em defesa da restauração do Estado de Direito. (NUNES et al, ano, p. 7)

Partindo de um contexto de lutas onde se encontra a Paraíba no período da abertura política do país, que se inicia com o governo Geisel, na sua política de distensão (1974-1979) e depois com o governo de João Figueiredo, na sua política de abertura - lenta, gradual e controlada (1979-1985) - que iremos tratar da participação da Igreja na luta por direitos humanos e sociais e seu envolvimento da luta pela terra na cidade de Guarabira.

Desta forma, iremos abordar neste capítulo a participação de figuras importantes que contribuíram para a construção de uma nova práxis religiosa no estado da Paraíba e na cidade de Guarabira, como Dom José Maria Pires<sup>20</sup>, na arquidiocese da Paraíba e Dom Marcelo Pinto Carvalheira<sup>21</sup>, Padre Luigi Pescarmona<sup>22</sup> e a Irmã Valéria Rezende<sup>23</sup> na Diocese de Guarabira.

### 3.1 Dom José Maria Pires: atuação na arquidiocese da Paraíba

A Chegada de Dom José Maria Pires a Paraíba é datada do dia 26 de março de 1966 e foi recepcionado por muitos populares que criaram muitas expectativas. Chegando à Paraíba no período correspondente à ditadura militar, a recepção a Dom José contou com a presença da população, como também, de várias lideranças políticas como o governador João Agripino

<sup>20</sup> José Maria Pires nasceu em Conceição do Mato Dentro no distrito de Córregos (MG) em 15 de março de 1919. Aos doze anos de idade entrou no seminário de Mariana. Ordenou-se padre aos 22 em Diamantina em 20 de dezembro de 1941. Sua ordenação de bispo veio em 22 de setembro de 1957, sendo nomeado para a diocese de Aracuaí (MG), servindo ao bom povo daquele interior mineiro. Seu lema episcopal diz: "SCIENTIAM SALUTIS" (A ciência da Salvação). (GRUPO DOM HELDER. Dom José Maria Pires em Fortaleza. Disponível em <<http://site.adital.com.br/site/noticia.php?lang=PT&cod=85221>>. Acesso em: 29 de set. 2016)

<sup>21</sup> Quinto dos dezesseis filhos de Álvaro Pinto Carvalheira e Maria Tereza Mendonça Carvalheira, estudou na Escola e Colégio de Recife, onde concluiu o ensino básico. Entrou no Seminário Arquidiocesano de Olinda, em 1944. Em 1946 foi para a Pontifícia Universidade Gregoriana, em Roma, onde cursou a Filosofia e a Teologia, concluindo estes estudos em 1956. Ali especializou-se em Teologia Dogmática. (SECULTGUARABIRA. Dom Marcelo Pinto Carvalheira – Um guarabirense de fé. Disponível em: <[http://secultguarabira.blogspot.com.br/2010\\_10\\_01\\_archive.html](http://secultguarabira.blogspot.com.br/2010_10_01_archive.html)>. Acesso em: 29 de set. 2016)

<sup>22</sup> Padre Luigi (Luis) Pescarmona – missionário italiano que há 43 anos trabalha no Brasil, operando ao lado das famílias de agricultores sem terra no nordeste e, há 8 anos, fundador e responsável da “Comunidade Talita” que na Diocese de Guarabira (Paraíba) acolhe meninas em situação de risco. (ARSENAL DA ESPERANÇA. Padre Luigi Pescarmona. Disponível em: <<http://arsmanutencao.blogspot.com.br/2009/04/padre-luigi-pescarmona.html>>. Acesso em: 29 de set. 2016)

<sup>23</sup> Maria Valéria Rezende nasceu em 1942, em Santos (SP), onde morou até os 18 anos. Em 1965 entrou para a Congregação de Nossa Senhora - Cônegas de Santo Agostinho. Sempre se dedicou à educação popular, primeiro na periferia de São Paulo e, a partir de 1972, no Nordeste. Viveu no meio rural de Pernambuco e da Paraíba e, desde 1986, mora em João Pessoa. Já esteve em Angola, Cuba, França e Timor, entre outros países, convidada a falar sobre seus projetos sociais. Maria Valéria estreou na ficção em 2001, com o livro de contos Vasto mundo. Depois, escreveu livros infanto-juvenis e o elogiado romance O Voo da guará vermelha. A autora, que costura referências das culturas erudita e popular, “é uma revelação em nossas letras”, como disse Frei Betto. (GOOD READS. Maria Valéria Rezende. Disponível em: <[https://www.goodreads.com/author/show/2965549.Maria\\_Val\\_ria\\_Rezende](https://www.goodreads.com/author/show/2965549.Maria_Val_ria_Rezende)>. Acesso em: 29 de set. 2016)

Filho, que governou a Paraíba entre os anos 1966 a 1971, e também de várias lideranças religiosas, como Dom Hélder Pessoa Câmara, então arcebispo da Arquidiocese de Recife e Olinda. Porém, o percurso que o arcebispo da Paraíba irá tomar após a sua chegada será junto à população pobre e será assessorado por Dom Marcelo Pinto Carvalheira, futuro bispo de Guarabira. Seu ministério episcopal, à luz dos ensinamentos do Concílio Vaticano II, que se voltava às questões sociais, foi acolhido como o início de uma nova ação por parte da Igreja, que, até então, exerceu um papel distante do povo, inclusive, inicialmente não se afeiçoando às práticas e mudanças que Dom José tentou implementar diante das novas abordagens que o Concílio Vaticano trazia para a Igreja.

Segundo Pereira (2012, p. 89):

Durante os primeiros anos de Dom José Maria Pires à frente da Arquidiocese da Paraíba, podemos perceber uma forte relação do líder religioso e político com o governo dos militares. Essa relação não é marcada pela parceria, mas sobretudo, pela experiência de crítica e busca de soluções diante dos diversos impasses criados por aqueles que governavam o país.

Essa posição de Dom José junto ao governo do estado se tornará fundamental frente às mobilizações populares que eclodem em oposição ao regime e que foram reprimidas. Diante das repressões e dos atos institucionais promulgados pelo Governo Federal que dificultavam o exercício da democracia no país e as manifestações por parte dos estudantes, manifestantes de esquerda e outros setores da sociedade, Dom José agiu como mediador desses conflitos entre o povo e o governo:

Dom José fulgurava em 1968, em algumas manifestações públicas de estudantes e militantes de movimentos sociais, como uma espécie de mediador em meio a conflitos procurando evitar abusos e violência por parte dos militares. Em algumas ocasiões, o próprio governador João Agripino solicitava-o como mediador nesses processos. (PEREIRA, 2012, p. 92)

Dom José não agiu apenas na mediação de conflitos. Dentre outros feitos políticos, celebrou em 2 de abril de 1968 a missa de sufrágio da alma de Edson Luís Lima Souto, jovem assassinado por policiais, fez visitas a religiosos prisioneiros políticos, como no caso do Frei Carlos Alberto Libâneo de Christo (Frei Betto), e também foi importante na luta contra o regime, escrevendo cartas e fazendo discursos. “Por defender presos políticos e mostrar um perfil mais progressista em seus discursos, Dom José paulatinamente ganhava o título de bispo subversivo que incitava as massas à prática comunista juntamente com o bispo pernambucano Helder Câmara” (PEREIRA, 2012, p. 95).

Com a Conferência de Medellín e a preocupação de viver os ensinamentos do Concílio Vaticano II à luz da experiência própria da América Latina, junto à Teologia da Libertação, na



sua escolha preferencial pelos pobres e no diálogo com o marxismo, Dom José desenvolve novas reflexões, principalmente com o surgimento das Comunidades Eclesiais de Base - CEBs e do contexto político brasileiro sob um Estado de exceção. Dom José “encorajava as CEBs à formação de uma nova consciência política e da realidade de seu estado” (PEREIRA, 2012, p. 102). Isso porque:

A Igreja, nesse momento, possui ciência da problemática dos governos ditatoriais que haviam se instalado na América Latina. Por tal motivo, nesse evento, marcou espaços significativos denunciando a situação na qual o povo dessa parte do continente vivia. O regime ditatorial presente não apenas no Brasil, mas também em outros países da América Latina, fazia com que os pronunciamentos dos bispos condenassem a ação dos militares e lhes provocassem uma reflexão sobre a possibilidade de um retorno à democracia. (PEREIRA, 2012, p. 99)

Diante de uma reflexão voltada para a América Latina, a Conferência de Medellín e a Teologia da Libertação assumem importante papel na construção desses novos posicionamentos de parte do episcopado brasileiro em um momento tão importante, onde a voz desses bispos será fundamental na luta pelos direitos humanos e sociais do povo oprimido:

Dom José é um dos bispos que atuou tendo como aporte teórico essa teologia [Teologia da Libertação], fazendo dele alguém vinculado a esse grupo, compondo uma trajetória repleto de reflexões e do compromisso com uma nova percepção do cristianismo, onde não se cuida apenas de metafísica ou práticas puramente religiosas, mas de um vivo interesse de se engajar na luta pela defesa da vida das pessoas, priorizando as mais pobres. (PEREIRA, 2012, p. 108)

No ano 1967, foi criada por Dom José uma comissão permanente, a Ação Pastoral Arquidiocesana (APA):

Essa Comissão possuía dois segmentos: um voltado para a pastoral geral, cujos destinatários eram as paróquias, e outra chamada de pastoral especial, que compreendia quatro grupos: os camponeses, os operários, os jovens e os pescadores. A criação da APA e sua ação junto a esses quatro grupos revelavam uma clara opção do líder religioso pelas camadas mais populares. Foi, de algum modo, a prática do lema que marcou a atuação de Dom José ao longo de seu bispado na arquidiocese: Do centro para a Margem. Dom José intuía, com as perspectivas do Concílio Vaticano II e a inovação nas práticas pastorais no Brasil, que era necessário focar a atuação em destinatários que estavam esquecidos pela Igreja e, principalmente, por sua hierarquia. (PEREIRA, 2012, p.111)

A partir da APA, surgiu a Ação Pastoral Igreja Viva, no dia 01 de março de 1969. Preocupado com as questões sociais, a Ação Pastoral Igreja Viva “era um grupo religioso, que priorizava não apenas a doutrinação de fiéis católicos, mas com ações para com as demais dimensões da vida das pessoas” (PEREIRA, 2012, p. 111). A ação pastoral agiu em diversas necessidades do povo, principalmente na educação, por meio da concepção de Paulo Freire, que desagradou algumas lideranças políticas da região levando a uma intensa perseguição aos

membros da Ação Pastoral Igreja Viva. Dom José também foi responsável pela articulação da Pastoral Rural (PR) no estado da Paraíba, combatendo as perseguições e violências sofridas pelos camponeses e agentes pastorais perseguidos pelos proprietários de terra insatisfeitos com as reivindicações populares:

A partir daí, encontramos uma diversidade de perspectivas metodológicas de atuação dos grupos cristão, através de linhas de ação como a da Animação cristã no meio Rural (ACR), do Movimento de Evangelização Rural (MER) e da CPT, além das próprias CEBs, do Serviço de Educação Popular (SEDUP/Guarabira), dentre outros. (PAIVA NETO, 2007, p. 5)

Outra ação desenvolvida por Dom José foi a criação da Equipe de Promoção Humana em 1971, que depois dará lugar ao primeiro Centro de Defesa dos Direitos Humanos (CDDH) do país.

O CDDH da Arquidiocese da Paraíba foi fundado em 21 de abril de 1976 tendo como objetivo inicial prestar assessoria jurídica junto a grupos religiosos, movimentos sociais e pessoas perseguidas por proprietários de terra ou pelo regime dos militares. Dom José revela que o nascimento do CDDH surgiu como resposta às problemáticas presentes e decorrentes de tensões no mundo agrário. (PEREIRA, 2012, p. 121)

E também:

Para Dom José, a questão dos Direitos Humanos não é apenas uma discussão meramente teórica, mas prática que contempla lacunas na vida social dos mais carentes. É necessário, segundo o Arcebispo, que Direitos Humanos dialogue diretamente com os Direitos Sociais. Para ele, não se tratava apenas de defender as vítimas de violência e abusos na Paraíba, mas também as vítimas da injustiça social. (PEREIRA, 2012, p. 123)

A criação do Centro de Defesa dos Direitos Humanos estava ligada aos pensamentos oriundos da Conferência de Medellín, e partilhada por diversos bispos, que colocavam o pobre no centro dessas violações, e que a partir deste momento, a defesa dos direitos humanos não se tratava de um assistencialismo, mas uma mudança nas raízes desse problema.

Desde o início da atuação do CDDH da Arquidiocese, esse Centro denunciou uma série de violações dos Direitos Humanos. Convém recordar que a maior parte das ações era no mundo agrário. Desde 1976, ocorreram centenas de violações aos Direitos Humanos em propriedades rurais do Brejo e Zona da Mata Paraibana que se davam por meio das constantes perseguições a membros do CDDH, religiosos e agricultores. (PEREIRA, 2012, p. 127)

Desta maneira, a contribuição de Dom José Maria Pires à frente da Arquidiocese da Paraíba gerou muitos frutos que agiram na defesa da pessoa humana na Paraíba. Mesmo que a Igreja tenha se voltado para as discussões dos direitos humanos tardiamente, ela foi fundamental para a denúncia da violência contra o povo.

### 3.2 A Diocese de Guarabira - PB e as atuações de Dom Marcelo Pinto Carvalheira, Padre Luigi Pescarmona e a Irmã Maria Valéria Rezende

A Diocese de Guarabira foi fundada em 1980, e teve como seu primeiro bispo Dom Marcelo Pinto Carvalheira. Junto a ele, o Padre Luigi Pescarmona e a irmã Maria Valéria Rezende atuaram na região junto a um trabalho desenvolvido em prol das necessidades do povo, criando “uma nova perspectiva de política no campo no agreste paraibano” (PAIVA NETO, 2007, p. 5):

O contexto social e político da Diocese de Guarabira era na década de 1980 caracterizado por muitas tensões nas relações sociais no campo. Nas mesorregiões do Agreste e do Curimataú paraibano ocorriam constantemente expulsões/expropriações da terra de camponeses por proprietários, comumente apoiados por pistoleiros e por policiais militares da ativa ou da reserva. (PAIVA NETO, 2011, p. 159)

A Diocese de Guarabira fará ressoar junto a outros trabalhos desenvolvidos na Paraíba e por movimentos não vinculados à Igreja, voltados para as questões sociais, o apoio e a luta conjunta com os camponeses. Como afirma Paiva Neto (2011, p. 160), “No caso específico da Diocese de Guarabira passou a se constituir um *habitus* cristão relacionado à Teologia da Libertação, que procurou apontar saídas para os momentos de crise social”. Esses apontamentos, que fizeram surgir na Diocese de Guarabira diversos movimentos na luta pelos direitos dos camponeses e principalmente o direito pela terra, desagradou os proprietários de terra:

Contudo a luta dentro do campo religioso, mesmo com essa forma moderada, causava tensões com proprietários de terra e políticos tradicionais, porque na fase de luta pela reforma agrária (na área da Diocese de Guarabira/PB) o padre foi sempre associado a um “comunista”, a um “bandido” ou a um sedutor, conforme algumas denúncias formuladas nos jornais da época ou das fofocas difundidas pelos grupos de oposição a CPT, se configurando como uma violência simbólica, devido às posições ousadas diante da preservação da concentração fundiária ou da negação dos direitos sociais pelos proprietários locais. Como outros tantos religiosos imbuídos das propostas de mudanças sociais no campo, visualizamos relações da CPT com as populações vítimas da expulsão/expropriação da terra, entre outros conflitos no campo. (PAIVA NETO, 2011, p. 136)

A presença de religiosos adeptos à Teologia da Libertação foi fundamental nestes momentos de conflitos para com o diálogo com os camponeses, pois neste momento, “a Igreja põe no centro de suas preocupações e de sua atuação a defesa dos ‘direitos humanos’, fundamentada numa releitura da Bíblia e da doutrina social do magistério” (TOSI, 1988, p. 152), numa postura combativa:

Através da delegação feita por D. Marcelo Carvalheira ao monsenhor Luigi Pescarmona, quanto às demandas sociais na sua área episcopal, afloraram as

condições para o estabelecimento de algumas estratégias, visando mobilizar os sacerdotes, as freiras e os leigos para reuniões, das quais surgiram propostas de medidas a ser tomadas para auxiliar os camponeses, na construção de um *habitus* ligado à Teologia da Libertação, construindo-se a partir da resistência às expulsões das terras ou à outras práticas de violência realizada pelos proprietários. Essa questão nos traz a atenção ao papel da religião, dentre outras expressões da cultura, na participação política camponesa. (PAIVA NETO, 2011, p. 149)

Desta forma, emergiram ações vinculadas à Igreja Católica na Diocese de Guarabira, como a Educação de Jovens e Adultos, pela irmã Maria Valéria Rezende, a fundação do Centro de Proteção dos Direitos Humanos, do Centro de Direitos Humanos, da Pastoral Rural, a formação de oposições sindicais e o próprio lançamento de candidaturas:

A mudança de um *habitus* religioso em relação ao convívio com as elites conservadoras implicou na constituição de uma nova identidade entre o clero. A classificação feita pela imprensa como “progressistas”, seguindo algumas formulações comuns aos setores de esquerda foi se tornando comum para realizar outra operação, a de realizar uma caçada aos supostos “líderes” de batina, que “insuflavam o povo” em torno de “ideias comunistas”. No caso dos bispos envolvidos em demandas sociais no campo ocorriam sempre menções as agitações promovidas por D. Tomás Balduino, D. Hélder Câmara, D. Pedro Casaldáliga, D. José Maria Pires e D. Marcelo, dentre outros componentes da chamada “ala progressista” na entidade agregadora dos bispos no Brasil, a CNBB. Nas cidades, a responsabilização era feita a bispos como D. Waldir Calheiros, D. Helder e D. José Maria Pires. Seguindo o velho padrão de combate aos grupos, que reivindicavam direitos nas décadas de 1960 e 1970, a estratégia dos setores sociais conservadores era a da desqualificação, através de da adjetivação como “agitadores”, “comunistas de batina”, “padres vermelhos”. A busca para atingir os supostos “líderes” refletiu-se também na violência física contra os religiosos como um meio de pressionar tanto os bispos no Brasil, quanto ao próprio Vaticano, cuja condição de Estado possui os seus embaixadores, os nuncios apostólicos para os momentos de crise no âmbito internacional. (PAIVA NETO, 2011, p. 126)

Desta maneira, a Igreja, ao lado dos camponeses na luta pela terra e pelos seus direitos, agiu com a sua posição “privilegiada” como uma dura oposição ao regime autoritário e às violências advindas dos grandes proprietários de terra, muitas vezes, sendo a única a ressoar a voz dos oprimidos com a “força” que eles não obtinham sozinhos. Em algumas vezes, desfez-se de parte de suas próprias terras para reparti-las ente os camponeses: “Concretizando esta opção, a Diocese se desfaz das propriedades fundiárias que possui, entregando-as, de várias formas, aos moradores que nelas residem e trabalham, e tenta realizar, nestas áreas, experiências de Reforma Agrária” (TOSI, 1998, p. 155).

A luta pela reforma agrária esteve ligada intimamente com a ação das CEBs. As CEBs na região do brejo paraibano, como afirma Tosi (1988, p. 157), “tiveram o seu momento de implantação e de maior expansão a partir de metade dos anos setenta, quando surgiram em grande número em toda a Diocese”. As CEB's tiveram importante papel no engajamento social, formando lideranças e expandindo o novo ser Igreja reunida no meio do povo, para

celebrações e discussões da realidade social que a população vivia, estando presentes principalmente nas áreas rurais ou localizadas nas periferias das cidades:

As ações das CEBs no campo fomentaram o surgimento da Comissão Pastoral da Terra (CPT), vinculada à Linha 6 da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). A CPT ao lado dos trabalhadores rurais passou a reivindicar a reforma agrária para garantir direitos sociais aos camponeses. (PAIVA NETO, 2007, p. 1-2)

A CPT na Diocese de Guarabira é originada a partir da Pastoral Rural (PR) que atuou com este nome entre os anos de 1981 a 1983. A Pastoral Rural “foi fundada no início de 1980, a partir de um núcleo de trabalhadores rurais das CEBs e de militantes do Movimento de Evangelização Rural (MER) e da Ação Cristã no Meio Rural (ACR)” (TOSI, 1988, p. 159). A PR iniciou a partir dos próprios trabalhadores (pequenos produtores) e representavam dentro da Igreja os problemas vividos pelos trabalhadores com a terra. Posterior a 1983, “foi abandonado o nome local Pastoral Rural e adotado nome CPT” (PAIVA NETO, 2005, p. 5):

A CPT de Guarabira também teve alguns programas nas rádios locais. O objetivo da programação era informar os fieis e formar grupos de apoio às mobilizações sociais promovidas pela Diocese. Algumas vezes, mesmo fora da programação católica ocorreram debates sobre a reforma agrária envolvendo religiosos e proprietários. Pelo menos dois programas eram irradiados com as mensagens do Evangelho, a partir da Teologia da Libertação, sendo um mais voltado às questões sociais e outro para as questões da crença cristã no tempo presente. (PAIVA NETO, 2011, p. 169)

A atuação do Padre Luigi Pescarmona foi muito relevante no contexto de lutas na cidade de Guarabira junto à CPT:

A atuação do monsenhor Luigi Pescarmona expressou o diálogo entre os camponeses, em seus diversos níveis de experiência e organização política, e a Igreja e uma classe camponesa com diversos níveis de experiências e organização política. Os camponeses também vivenciaram situações de confronto com o poder instituído sem fazer uso da violência, mesmo quando agredidos pela Polícia Militar ou pelos pistoleiros/capangas a soldo dos proprietários. A perspectiva cristã por dialogar com a orientação estratégica dos membros da CPT, de que “era melhor ser vítima que agressor”, impediu o revide dos camponeses pela violência física. Este fato ganhava a simpatia da opinião pública e desestabilizava emocionalmente alguns policiais, às vezes oriundos de famílias camponesas vitimadas pela pobreza rural, que passavam a dar ciência aos membros da CPT, através de recados, das ordens dos seus superiores hierárquicos. A resistência nas áreas deu-se sem a utilização de armas, exceto quando os camponeses faziam a segurança do padre com as suas espingardas de caça ou durante a expulsão do Capitão Panta, aposentado pela Polícia Militar-PB, e dos seus subordinados da fazenda Vazante - Campo de Santana/PB. Os camponeses os expulsaram durante um ataque surpresa a casa grande, enquanto os pistoleiros realizavam uma bebedeira e se preparavam para mais uma vez destruir os tijolos fabricados artesanalmente para construção de casas de alvenaria. (PAIVA NETO, 2011, p. 182-183)

Como constatado, havia por parte da instrução da Igreja, por meio do Padre Luigi Pescarmona a busca por uma luta sem armas, mesmo em meio às violências sofridas pelos

camponeses e até a morte de militantes da causa agrária. Mas, a Igreja juntos dos camponeses utilizaram de outros recursos como:

A realização da missa, rito no qual a experiência religiosa era associada pelos religiosos e fiéis às questões contemporâneas. As missas podiam ser realizadas nos mais diversos espaços, desde as igrejas até as áreas de conflitos, resultando em uma experiência mobilizadora pelo exemplo evangélico e, também, demarcadora de uma prática de entusiasmo (ou de consolo), quando havia alguma situação grave. (PAIVA NETO, 2011, p. 162)

E também:

Outra estratégia comumente adotada nas áreas de acampamento foi a realização de plantios de mandioca e feijão para justificar a posse da terra pelas famílias perante o Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA). Esse recurso era empregado pelos acampados ameaçados de expulsão pelo proprietário, gozando do apoio de alguns juízes e da Polícia Militar, devido as influências políticas dos proprietários. Frequentemente os proprietários recorriam ao uso da violência física e a soltura do gado nos plantios das áreas ocupadas. Os plantios de feijão e de mandioca tornaram-se uma alternativa alimentar, enquanto o conflito pela terra desenvolvia-se. A mandioca era sempre mantida e pouco consumida, devido ao seu poder simbólico que remetia à ideia de sedentarização, devido a sua colheita levar um ano após a plantação. Enquanto isso, o feijão era consumido pelos agricultores sem-terra. (PAIVA NETO, 2011, p. 167)

Outra ação desenvolvida na cidade de Guarabira foi a criação do Serviço de Educação Popular (SEDUP) no ano de 1981, se caracterizando como importante órgão no “apoio educativo e metodológico ao movimento popular em seu processo de conscientização, organização e formação” (TOSI, 1988, p. 164). O SEDUP foi responsável pela “formação de monitores e educadores locais que possam assumir a assessoria ao movimento popular e sindical da região” (TOSI, 1988, p. 165), mantendo acesa a luta pelos direitos dos trabalhadores da região.

As ações desenvolvidas por parte de religiosos da Igreja Católica junto à Teologia da Libertação favoreceram o surgimento de diversos mecanismos de luta na Paraíba e na cidade de Guarabira. De fato, a Igreja teve fundamental papel de mobilização e conscientização da população camponesa na luta pelo direito à terra e os direitos humanos, já que para a Igreja chamada “progressista”, os direitos humanos não estavam dissociados dos direitos sociais de um povo. Mas não se deve esquecer que, mesmo a participação de diversas figuras apresentadas neste capítulo, muitas das mesmas estiveram ligadas a práticas conservadoras e retrógradas vividas no seio da hierarquia católica durante sua história. Mas esta é uma questão a ser desenvolvida posteriormente, em outro trabalho.

## Conclusão

A participação da Igreja Católica, por meio de alguns religiosos adeptos das propostas da II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano na cidade de Medellín em 1968 e da Teologia da Libertação, teve importante papel nas lutas pelos direitos humanos e sociais no país.

Os atos ecumênicos que englobam outros segmentos religiosos tiveram destaque expressivo na luta contra o regime militar instaurado, que perseguiu, torturou e matou milhares de pessoas no país. Foi a partir desse momento sangrento da história do Brasil que alguns religiosos, à luz das novas mudanças que estavam ocorrendo no seio da Igreja Latino-Americana junto à Teologia da Libertação, se engajaram na luta pelos direitos humanos e sociais. Porém, vale lembrar, que muitos desses religiosos que agiram contra o regime militar, em primeiro momento, abençoaram o golpe. Ou seja, considerar a participação dos mesmos em um determinado período de lutas não que dizer que os mesmos sempre tiveram esse posicionamento, mas, ao ponderar isso, lembramos a humanidade de cada um deles, sem correr o risco de “santificá-los”<sup>24</sup> pelo seu engajamento nas lutas a favor dos mais pobres.

O contexto de lutas não se limitou apenas às relações diretas com a resistência à ditadura militar no âmbito nacional. A renovação pela qual a Igreja Católica passava penetrou na práxis de muitos religiosos que agora faziam das questões sociais suas ações pastorais. Ou seja, as relações entre as questões sociais e a vida de alguns religiosos se estreitaram, levando a muitos deles a buscar a justiça social onde houvesse opressão. Desta forma, o engajamento de alguns religiosos alcançou as lutas de camponeses pela terra e pela reforma agrária.

Na Paraíba, a ação de alguns religiosos, por meio de sua posição privilegiada por estar ligado a uma das instituições mais antigas do país, permitiu a orientação e a participação conjunta na luta pela terra, dando força aos movimentos dos camponeses no estado e, de forma significativa, na cidade de Guarabira.

Com esta reflexão, reconhece-se a ativa participação de parte da Igreja Católica na orientação, luta e conquista de direitos humanos e sociais no país durante o processo de redemocratização.

---

<sup>24</sup> Cf. PAIVA NETO, F. F. **A trajetória religiosa-política do padre Luigi Pescarmona (1960-2010):** Entre o habitus partição e o assistencial. 2011. 300f. Doutorado em Ciências Sociais, Universidade Federal de Campina Grande, UFCG, Campina Grande, 2011. P. 156.

## Bibliografia

AMORIM, C. R. C.. O Catolicismo Brasileiro no Golpe Militar de 1964. XX Encontro Regional de História ANPUH, São Paulo, v. 500. p. 76, 2010.

BETTO, F.. Cristianismo e Marxismo. Petrópolis: Vozes, (2a edição, 1986).

BOFF, L.. Quarenta anos de Teologia da Libertação. In: \_\_\_\_\_. **Teologia do Cativo e da Libertação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. p. 9-34.

BRITO, A. S.. “Cultos ecumênicos em memória de comunistas e terroristas”: estratégias de luta de cristãos progressistas contra a Ditadura Militar do Brasil. **Oficina do Historiador**, v. 6, p. 23-43, 2013.

CARNEIRO JUNIOR, R. A.. A Liga Eleitoral Católica e a Participação da Igreja Católica nas Eleições de 1954 para a Prefeitura de Curitiba. **História. Questões e Debates**, v. 55, p. 137-161, 2012.

CARVALHAL, J. P.. A Influência da Igreja Católica na Formação de Movimentos de Defesa dos Direitos Humanos (1970-1985). In: **I Colóquio do Lahes: "Alternativas Metodológicas para História Econômica e Social"**, 2005, Juiz de Fora. I Colóquio do Lahes, Juiz de Fora, 2005.

CASIMIRO, A. P. B. S.. Igreja, Educação e Escravidão no Brasil Colonial. **Politéia**. Vitória da Conquista, v. 7, p. 85-102, 2007.

CITTADINO, M.; SILVEIRA, R. M. G.. Direitos Humanos no Brasil em uma perspectiva histórica. In: TOSI, Giuseppe (Org.). **Direitos Humanos: história, teoria e prática**. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2005. p. 129-157.

CODATO, A. N.; OLIVEIRA, M. R. de . A Marcha, o Terço e o Livro: catolicismo conservador e ação política na conjuntura do golpe de 1964. **Revista Brasileira de História** (Impresso), São Paulo - SP, v. 24, n.47, p. 271-302, 2004.

DELGADO, L. A. N.; PASSOS, M.. Catolicismo: direitos sociais e direitos humanos (1960-1970). In: FERREIRA, J. ; DELGADO, L. A. N. (Org.). **O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 93-131.



FERREIRA, L. F. G.. O acervo da DOPS e as memórias da resistência à ditadura na Paraíba. In: TOSI, G. (Org.); FERREIRA, L. F. G. (Org.); TORELLY, M. D. (Org.) ; ABRAO, P. (Org.). **Justiça de Transição: Direito à justiça, à memória e à verdade**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014. p. 247-263.

FONSECA, D. A.. O Surgimento do CELAM na América Latina. In: **II Encontro Nacional do GT História das Religiões e das Religiosidades**, 2009, Maringá. Anais do II Encontro Nacional do GT História das Religiões e das Religiosidades. Maringá. p. 1-16.  
Giuseppe Tosi. História Conceitual dos Direitos Humanos. In: TOSI, Giuseppe (Org.). **Direitos Humanos: história, teoria e prática**. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2005. p. 99-128.

GOMES, E. S.. A reaproximação Estado-Igreja no Brasil durante a República Velha (1880-1930). **Revista de Cultura Teológica**, v. JAN/MA, p. 95-110, 2008.

GOMES, P. C.. Os bispos católicos e a ditadura militar. In: \_\_\_\_\_. **Os bispos católicos e a ditadura militar brasileira: a visão da espionagem**. Rio de Janeiro: Record, 2014. p. 17-39.

GONÇALVES, R. L.. **A atuação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) em campos dos Goytacazes, RJ: Uma análise do assentamento Zumbi dos Palmares**. 2012. 136 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa. Viçosa - MG, 2012.

GUIMARÃES, L. E.; LANZA, Fabio . A teologia da libertação e o contexto latino-americano. In: **VII SEPECH - Seminário de pesquisas em Ciências Humanas**, 2008, Londrina-PR. Seminário de Pesquisa em Ciências Humanas - VII SEPECH, Londrina-PR, 2008.

GUISOLPHI, A. J.. As Marchas da Família com Deus pela Liberdade: ideologias e práticas católicas no golpe militar de 1964. **Cadernos do CEOM (UNOESC)**, v. 31, p. 453-458, 2010.

GUTIÉRREZ, G.. Teologia: Reflexão crítica. In: \_\_\_\_\_. **Teologia da Libertação. Perspectivas**. Lima: Loyola, 1996. p. 57-74.

LANZA, F.. Igreja Católica e Ditadura Militar (1964-1985) no Brasil. In: VII Seminário de Pesquisa em Ciências Sociais, 2008, Londrina. **VII SEPECH - Caderno de Resumos**. Londrina: Eduel, 2008. v. 01. p. 26-27.

LIMA, D.. A ditadura militar, a redemocratização e a democracia representativa no Brasil. **Revista Jurídica (FURB. Online)**, v. 16, p. 1-207, 2012.

LOBO, R. M. B.. Frei Betto: Um olhar sobre o Marxismo. In: **V Simpósio Internacional Lutas Sociais na América Latina “Revoluções nas Américas: passado, presente e futuro”**, 2013, Londrina. Anais do V Simpósio Internacional Lutas Sociais na América Latina “Revoluções nas Américas: passado, presente e futuro”. Londrina: editora da UEL, 2013. p. 157-169.

MORAES, G. L.. Ecumenismo e Memória no Regime Militar Brasileiro. In: **XIII Simpósio Nacional ABHR - Religião, Carisma e Poder: As formas de vida religiosa no Brasil**, 2012, São Luís do Maranhão. **Religião, Carisma e Poder: As formas da vida religiosa no Brasil**. São Luís do Maranhão: EDUFMA, 2012. v. 1. p. 112-113.

NUNES, P. G. A.. **O Partido dos Trabalhadores e a Política na Paraíba: construção e trajetória do partido no Estado (1980-2000)**. 2003. 390f. Doutorado em História (Conceito CAPES 4), Universidade Federal de Pernambuco, UFPE, Recife, 2003.

NUNES, P. G. A.. Estado e Sociedade Civil na Paraíba na Época da Transição para Democracia (1975-1985). In: XII Encontro Estadual de História - História e Multidisciplinaridade: Fronteiras e Deslocamentos, 2006, Cajazeiras. **Programação e Caderno de Resumos do XII Encontro Estadual de História - História e Multidisciplinaridade: Fronteiras e Deslocamentos**. Campina Grande - Paraíba: Editora da Universidade Estadual da Paraíba. p. 82-83.

NUNES, P. G. A.. Golpe Civil-Militar e Repressão no imediato pós-golpe: Os casos da Paraíba e Minas Gerais. **Cadernos de História**, v. 15, p. 63-91, 2014.

NUNES, P. G. A.. Golpe Civil-Militar na Paraíba: Repressão e legitimação de parte da sociedade civil no imediato pós-golpe. **Revista Perspectiva Histórica**, v. 2, p. 35-55, 2012.

OLIVEIRA, M. A.. Entre a Coroa e a Cruz: A Igreja Colonial sob a Égide do Padroado. In: Seminário Nacional: O Século de Dom Helder / II ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL, 2008, Recife-PE. **Anais Eletrônicos - Século de Dom Helder / Mnome - Revista de Humanidades**. UFRN. Caicó - RN, v. 9. n. 24, Set/out. 2008.

PAIVA NETO, F. F.. A Diocese de Guarabira-PB e a luta pela terra (Décadas de 1980 e 1990): Memórias do clero e dos camponeses. In: XXIV Simpósio Nacional de História, 2007, São Leopoldo-RS. **História e Multidisciplinaridade: Territórios e deslocamentos**. São Leopoldo-RS: Oikos, 2007.

PAIVA NETO, F. F.. A Igreja e a Reforma Agrária no Brejo paraibano (década de 80-90). In: XXIII Simpósio Nacional de História, 2005, Londrina. **História: Guerra e Paz**. Londrina/Paraná: ANPUH-UEPG, 2005.

PAIVA NETO, F. F.. **A trajetória religiosa-política do padre Luigi Pescarmona (1960-2010):** Entre o habitus partição e o assistencial. 2011. 300f. Doutorado em Ciências Sociais, Universidade Federal de Campina Grande, UFCG, Campina Grande, 2011.

PAIVA NETO, F. F.. Reforma agrária e justiça: um estudo sobre a CPT (Guarabira-PB entre 1980-1990). In: 35 Encontro Anual da ANPOCS, 2011, Caxambu-MG. **35 Encontro Anual da ANPOCS**, Caxambu - MG, 2011.

PEREIRA, C. M.. **Abolição e Catolicismo:** a participação da Igreja Católica na extinção da escravidão no Brasil. 2011. 140 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

PEREIRA, V. P. de O.. **Em nome de Deus, dos pobres e da libertação:** ação pastoral e política em Dom José Maria Pires. 2012. 179f. Dissertação (Mestrado) – UFPB/CCHLA, Universidade Federal da Paraíba, UFPB, João Pessoa, 2012.

PESSOA, F. M.. A Comissão Pastoral da Terra (CPT) e a luta camponesa no sul do Pará em tempos de ditadura. **Perseu: História, Memória e Política**, 2015.

PORTELA, C. S.. Análise das categorias subversão e resistência a partir da relação Igreja-Estado durante a ditadura militar no Brasil. In: **XI Simpósio Nacional da Associação Brasileira de História das Religiões**, 2009, Goiânia-GO. Anais Eletrônicos do XI Simpósio Nacional da Associação Brasileira de História das Religiões, Goiânia-GO, 2009.

PRADO, C. B.. A participação da Igreja Católica no processo de implantação e consolidação do regime militar. **Revista Eletrônica de História Amulhetta**, v. 00, p. 00, 2005.

PRADO, L. R.. A Conferência de Medellín: Um momento de reflexão do Vaticano II a luz da realidade vivida na América Latina. In: **III CONGRESSO INTERNACIONAL DO CURSO DE HISTÓRIA DA UFG/JATAÍ**, 2012, JATAÍ-GO. Anais do I Congresso Internacional do Curso de História da UFG/Jataí, 2012.

RAMOS FILHO, W. ; ALLAN, N. A. . A doutrina social da Igreja e o corporativismo: a Encíclica Rerum Novarum e a regulação do trabalho no Brasil. **Revista OABRJ**, v. 27, p. 141, 2011.

REIS, J. R. F.. O coração do Brasil bate nas ruas: a luta pela redemocratização do Brasil. In: FALLEIROS, I. ; FIDELIS, C. (Orgs). **Na corda bamba de sombrinha:** a saúde no fio da história. Rio de Janeiro: FIOCRUZ-COC-EPSJV, 2010, p. 221-236.

RENGEL, S. A.. Discurso católico e a campanha anticomunista no 'Diário da Tarde' e 'O Estado' na curta legalidade do PCB (1945-1946). **Tempos Acadêmicos**, v. 1, p. 15-22, 2006.

RIBEIRO, E. R.. **Modernidade no Brasil, Igreja católica, identidade nacional : práticas e estratégias intelectuais: 1889 – 1930.** 2009. 307 f. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2009.

ROSA, L. R. de O.. **A Igreja Católica Apostólica Romana e o Estado Brasileiro: estratégias de inserção política da Santa Sé no Brasil entre 1920 e 1937.** 2011. 286 f. Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual Paulista, Franca, 2011.

ROSA, R. T. A.. A Igreja Católica e o Golpe civil militar de 1964: novas abordagens. **Temporalidades**, v. 6, p. 125, 2014.

SANTIROCCHI, I. D.. A Igreja e a construção do Estado no Brasil imperial. In: XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA ANPUH BRASIL, 2013, Natal. **Anais eletrônicos.** 2013. v. 1. p. 1-17.

\_\_\_\_\_. Historiografia sobre a Igreja Católica no Brasil Imperial. In: XVI ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA ANPUH - RIO. 2014, Rio de Janeiro. **Anais do XVI Encontro Regional de História da Anpuh-Rio: Saberes e práticas científicas.** Rio de Janeiro, 2014. p. 1-11.

SCHIAVO, R. A.. As Comunidades Eclesiais de Base: um balanço historiográfico. In: **3º Seminário Nacional de História da Historiografia: aprender com a história?**, 2009, Ouro Preto. Anais do 3º Seminário Nacional de História da Historiografia: aprender com a história?, Ouro Preto: Edufop, 2009.

SHIGUNOV NETO, A.; MACIEL, L. S. B.. O ensino jesuítico no período colonial brasileiro: algumas discussões. **Educar em Revista** (Impresso), p. 169-189, 2008.

SILVA SOBRINHO, J. S.. Imprensa católica e formação política e social do Brasil. **Letras** (UFSM), v. 48, p. 143-155, 2014.

SILVA, P. J. da. A Igreja Católica e as Relações Políticas com o Estado na Era Vargas. In: XIII SIMPÓSIO NACIONAL DA ABHR, 2012, São Luís. **Anais do XIII Simpósio Nacional da ABHR**, São Luís, 2012. v. 13. p. 1-11.

SILVA, W. T.. Catolicismo militante na primeira metade do século XX Brasileiro. **História Revista** (UFG), v. 13, n. 12, p. 541-563, 2009.

SOBREIRA, D.. O anticomunismo no “A Imprensa”: Igreja Católica e golpe civil-militar na Paraíba. In: DANTAS, E.; NUNES, Paulo Giovani Antonino; SILVA, R. F. C. E. (Orgs.).

**Golpe Civil-Militar e Ditadura na Paraíba:** História, Memória e Construção da Cidadania. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014. p. 33-61.

SOUZA, N.. Ação Católica, militância leiga no Brasil: Méritos e limites. **Revista de Cultura Teológica**. v. 14, p. 39-59, 2006.

SOUZA, N.. Catolicismo, sociedade e teologia no Brasil Império. **Atualidade Teológica** (PUCRJ), v. 46, p. 127-144, 2014.

SOUZA, S. C.. Igreja Católica, política e moral durante a Ditadura Militar Brasileira (1964-85). **Revista Aulas** (UNICAMP), v. 1, p. 1-17, 2008.

TOSI, G.. **Terra e salário para quem trabalha:** um estudo sobre os conflitos sociais no Brejo paraibano. 1988. 226 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Rural) - Universidade Federal da Paraíba - Campina Grande, 1988.

VASCONCELOS, G. A. B.. História da Educação: Movimento de Educação de Base e as escolas radiofônicas na promoção da democracia. 2015. In: **V ANPTECRE - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Teologia e ciência da Religião “Religião, Direitos Humanos e Laicidade”**, 2015, Curitiba. Anais do V ANPTECRE - “Religião, Direitos Humanos e Laicidade”. Curitiba: 2015. p. 1-9.